



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 25 - Nº 483 - DE 24 DE AGOSTO A 7 DE SETEMBRO DE 2014 - R\$ 3,00

74 anos do assassinato de Leon Trotsky Viva a IV Internacional!

“Fui revolucionário durante meus quarenta e três anos de minha vida consciente e durante quarenta e dois lutei sob as bandeiras do marxismo. Se tivesse que recomeçar tudo de novo, procuraria, evidentemente, evitar tal ou qual erro, mas no essencial minha vida seria a mesma. Morrerei como um revolucionário proletário, um marxista, um materialista dialético e, conseqüentemente, um ateu irredutível. Minha fé no futuro comunista da humanidade não é hoje menos ardente, é mais firme que em minha juventude.”



Oposição revolucionária a Dilma

Contra os partidos da burguesia e pela construção do partido operário revolucionário, vote nulo!

Sob as eleições, predomina a pressão dos partidos da burguesia para que os explorados decidam individualmente quem deve ser o presidente da República, deputado e senador. Não há possibilidade alguma de a classe operária, os camponeses e a classe média pobre as utilizarem para se livrar da brutal exploração e opressão do capitalismo.

Durante os meses de campanha eleitoral, a população é bombardeada pela propaganda dos grandes partidos. A maioria é convencida de que está em suas mãos a melhor escolha. E de que com seu voto está decidindo o futuro do País e a sua própria sorte. De fato, não decide nada! Os explorados apenas canalizam os milhões de votos aos candidatos preparados pelos profissionais da política burguesa. Não há um pinga de vontade própria em cada voto dos oprimidos.

Caso houvesse um partido do proletariado, genuinamente revolucionário, intervindo nas eleições, seria a única possibilidade dos trabalhadores poderem se utilizar das eleições como meio auxiliar de sua luta contra a burguesia, seus partidos e o próprio Estado capitalista. E por quê? Porque estariam expressando no plano democrático burguês a defesa de seus interesses de oprimidos contra os partidos patronais, fortalecendo o partido revolucionário, incorporando em suas vidas o programa da revolução social e preparando o caminho para os futuros combates de classe contra classe.

Somente neste caso, estaria exercendo vontade própria. Estaria atuando sob a direção política de um partido fiel à luta revolucionária e voltado a elevar a consciência socialista da classe operária. As eleições seriam utilizadas não como um fim, mas como um meio para combater as forças burguesas e para avançar as forças sociais da revolução proletária.

Como dissemos, com as eleições não se muda nada. A experiência histórica confirma que não há possibilidade alguma de se eleger um presidente e constituir um governo revolucionário por meio do voto. O parlamento, sim, pode ser utilizado como tribuna para os deputados defenderem os interesses dos operários, dos camponeses e da pequena-burguesia em oposição aos interesses da burguesia. Para isso, é preciso que se construa o partido marxista-leninista-trotskista no seio do proletariado. Somente assim, será possível romper os obstáculos impostos pelo Estado à sua atuação legal.

Não se deve confundir os partidos de esquerda pequeno-burgueses que participam do pleito eleitoral com o partido revolucionário. Por mais que procurem se apresentar como socialistas, nenhum deles expressa uma fração organizada do proletariado e não vem desenvolvendo a estratégia da revolução proletária no seio da luta de classes. Uns estão mais à esquerda, outros mais à direita, mas a esquerdização no plano eleitoral e o oposicionismo aos partidos da burguesia não atestam por si só uma política revolucionária.

Nenhum dos quatro partidos de esquerda legalizados vem se constituindo sob a estratégia marxista da revolução e da ditadura do proletariado. Não podem, portanto, aplicar a tática leninista de luta no terreno eleitoral da burguesia.

Essa situação indica, mais uma vez, que os explorados serão arrastados por detrás dos partidos da burguesia sem que tenham a possibilidade de resistir por meio de um partido verdadeiramente socialista, comunista. Trata-se de um problema histórico e não conjuntural. A burguesia brasileira e o imperialismo se dão ao luxo de modificar seus governos pela via eleitoral e sustentar a democracia oligárquica sem sobressalto.

A polarização entre a classe capitalista e a classe operária se manifesta no dia a dia da exploração do trabalho e da vida social, mas não se transforma em luta revolucionária devido à ausência do partido marxista-leninista-trotskista, organizado no seio dos explorados. Está aí por que não há como se manifestar no plano eleitoral. A polarização entre os partidos da burguesia em sua disputa pela presidência da República se resume no reordenamento das forças que se encarregarão de manter a ditadura de classe dos capitalistas e de gerenciar seus negócios.

Os partidos de esquerda poderiam ter constituído uma frente anticapitalista e anti-imperialista para intervir nas eleições: de defesa das reivindicações dos explorados, de combate à política burguesa antinacional e antipopular, de denúncia da opressão capitalista, de ataque ao domínio das multinacionais, de enfrentamento aos latifundiários e de defesa da estratégia da revolução proletária. Negaram-se em dar esse passo. Recolheram-se na sua pequenez política. Colocaram-se acima da tarefa de combater os partidos da burguesia, com seus particularismos e seus desconjuntados sonhos exitistas. As vantagens que poderão tirar com o comparecimento nas eleições serão provisórias e não servirão para pôr em pé o partido que dirigirá a revolução proletária.

Em todas as circunstâncias, coloca-se o dever marxista de defender a independência política do proletariado diante da burguesia e de seu Estado. Nas eleições, a particularidade está na ampla defesa do programa revolucionário, da estratégia da ditadura do proletariado e da construção do partido. O que implica denunciar a democracia burguesa com instrumento da ditadura de classe da burguesia sobre a maioria oprimida. Não basta declarar que por meios eleitorais os explorados nada conquistarão. Não basta erguer a bandeira do socialista em abstrato. É imprescindível defender perante a classe operária as reivindicações gerais e mais sentidas vinculadas à estratégia da revolução socialista.

Vote contra os partidos da burguesia e pela construção do partido operário revolucionário (POR)!

Construamos de partido leninista de quadros!

Morte do candidato burguês Eduardo Campos

O acontecimento não altera em nada o significado da disputa eleitoral. Os explorados continuam sob a pressão dos partidos da burguesia. A substituição de Eduardo Campos por Marina da Silva não passa de um acidente de percurso na coligação PSB e Rede. Os noticiários estão fartos de comentários sobre a possibilidade de Marina ir para o segundo turno. Se essa hipótese se confirmar, Dilma correria o risco de ser derrotada. O processo eleitoral, assim, sofreria uma mudança causada pela morte accidental de um dos candidatos da burguesia.

A população não estava entusiasmada com o pleito eleitoral. Passou a orgia petista da década passada, quando o PT ascendeu e Lula brilhou como o caudilho que constituiria um “governo democrático e popular”. As profundas reformas em favor dos explorados não vieram. O governo petista apenas ampliou e sofisticou o assistencialismo montado pelo governo do PSDB. Os capitalistas internos e externos ganharam muito dinheiro. Uma parcela da classe operária e da pequena burguesia sentiu a sensação de conforto movida pelo crescimento econômico. A redução da gigantesca taxa de desemprego deixada por Fernando Henrique Cardoso e o aumento a conta gota do salário mínimo, sem dúvida, atuaram sobre as massas como uma benção. Mas não mudaram a brutal exploração do trabalho, o mar de miséria, as precárias condições de existência nos centros urbanos e o avanço dos latifundiários sobre os camponeses. Não tocaram na polarização entre a concentração da riqueza e extensão da pobreza. Novas condições se abriram com a crise mundial.

O pouco que o capitalismo permitiu de concessão na década passada começou a desmoronar. Fecham-se postos de trabalho na indústria. Eleva-se o custo de vida. Contêm-se os aumentos salariais. Já não se fala em recuperar as perdas históricas do salário mínimo. Reduziram-se drasticamente os assentamentos agrários. Questionam-se as demarcações de terras indígenas. Na situação de queda econômica, iniciou-se uma nova etapa da luta de classes. Torna-se cada vez mais difícil para o PT e a burocracia sindical manterem a política de submissão das organizações operárias ao Estado e de colaboração de classes.

A política burguesa passou a sofrer abalos, agora motivados pelo descontentamento dos explorados e pelos movimentos que vêm ganhando as ruas. Eduardo Campos rompeu com o PT e Lula nessa turbulência. No entanto, não tinha condições para se interpor entre a coligação PT/PMDB e PSDB/DEM. Pensava no futuro. O PT, assim que perder a direção do Estado, sofrerá pressões desintegradoras. O PSB poderia ser o herdeiro do posto de esquerda burguesa. Esse cálculo perde consistência com a morte de Eduardo Campos. Marina da Silva não pode substituí-lo. É uma criação do PT. A demagogia do

ideário ecológico está condenada. A agroindústria, conduzida pelas multinacionais, expressa o caminho por onde as forças produtivas do capitalismo no Brasil se manifestam.

Não por outra razão, a aliança de Eduardo e Marina se deu circunstancialmente. Com o desaparecimento do caudilho pernambucano, abriu-se uma crise na coligação e no seio do próprio PSB. É bem possível que os capitalistas da agroindústria fechem seus cofres para Marina. A não ser que as pesquisas eleitorais mostrem uma segura ascensão da candidata da Rede. O mais provável é que setores mais afinados com Eduardo Campos passem a reforçar a frente burguesa de apoio a Aécio Neves. Não há dúvida de que o mineiro e o PSDB constituem a força política que dá mais segurança à burguesia nacional e internacional.

Muito se explora com a morte do candidato burguês, que vinha sendo pintado com cores alegres e ternas. Imediatamente ao acidente aéreo, a imprensa iniciou a campanha emocional sobre as qualidades do político morto e o valor cívico das eleições. Oposição e governistas se irmanaram diante dos restos mortais de Eduardo Campos. Até mesmo candidatos de esquerda deram pêsames à família (PSTU, PCB) e um deles (candidato do PSOL) declarou-se em luto por três dias acatando a decretação oficial de Dilma Rousseff.

Os candidatos, os partidos, os parlamentares, governadores, o presidente da República, etc. fizeram de conta que o morto não era um homem político. Separaram os restos mortais de Eduardo da política de classe que representava. Mas, entremeados ao sentimento humano universal perante a morte, os políticos da burguesia hastearam a bandeira universal de que o Brasil acabava de perder um político promissor. A população brasileira e, especialmente, a pernambucana, foi convocada a chorar a perda. É como se não houvesse de fato diferença de classe diante da morte. O sentimentalismo universalizante serve à política burguesa, como o ar serve aos pulmões.

O que resta após o desaparecimento do candidato do PSB é a retomada da disputa interburguesa que precisa envolver os explorados. O operário com consciência de classe dirá: se Campos estivesse vivo e ganhasse as eleições, seria nosso opressor logo ao amanhecer de sua posse.

Em nossa luta contra a burguesia, temos o dever de denunciar a política capitalista, seja perante a vida, seja perante a morte do opressor. Não nos deixemos enganar pelo sentimentalismo burguês e pequeno-burguês. Não arrefeçamos a luta pela independência de classe do proletariado diante dos partidos da burguesia e de seu Estado em hipótese alguma! Viva a luta emancipadora da classe operária! Morte à política burguesa!

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Rondônia

Está montado em todo país, o grande palco para o teatro da burguesia

É preciso ter se acostumado a ser enganado, para não perceber a grande farsa das eleições e a demagogia pelos discursos de cada candidato preparados para as campanhas eleitorais.

Para dar conta da embromação e atrair o voto das massas exploradas, dos empregados e desempregados, dos camponeses, dos operários e da juventude oprimida, os presidencialistas e demais candidatos ultrapassam fronteiras e buscam alimentar ilusões em seus discursos para assegurar que poderão continuar enganando as massas, conquistando o voto da maioria para obter a vitória em cada pleito.

A construção das hidrelétricas do Rio Madeira e a reeleição da Dilma

Todos os partidos buscam arregimentar o maior número de aparatos para aparecer diante dos trabalhadores, desempregados e juventude. Utilizam de todas as obras e serviços públicos para garantir a ilusão de que fizeram algo em favor da maioria oprimida, e fazem de tudo para garantir formas de esconder a situação de opressão e miséria da maioria.

Não é por outro motivo que Dilma esteve presente no dia 19 em Porto Velho para gravar parte de sua campanha eleitoral e fazer demagogia em torno da construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, como obras majestosas do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), do Governo Lula e que ela deu continuidade.

Entretanto, para fazer demagogia, a presidente precisa esconder os profundos impactos ambientais que decorreram das obras. Entre eles, a expulsão de moradores e o desaparecimento de inúmeros distritos na capital do Estado. A população pobre foi desabrigada e expulsa para outras regiões, sem poder continuar morando e trabalhando onde viviam e à mercê das humilhantes políticas assistencialistas do governo.

Dilma apareceu no canteiro de obras e se expôs junto aos burocratas das usinas, capatazes dos empresários. Na coletiva da imprensa, Dilma se pronunciou quanto ao duplo apoio a dois candidatos a governo em Rondônia – um do PT, o Padre Tom e outro do PMDB, Confúcio, candidato a reeleição. Fez apologia ao megaempreendimento das hidrelétricas do rio Madeira e seu empenho junto a Marina Silva em favor das obras.

O fato é que denúncias em relação à destruição da natureza, em relação à violência aos direitos dos povos indígenas, em relação à expulsão das populações ribeirinhas e das cidades já foram amplamente divulgadas nos últimos anos. As obras do Rio Madeira beneficiaram imediatamente ao capital das grandes empreiteiras, que observaram jorrar milhões do dinheiro público para seus cofres. Para além da brutal exploração do trabalho a que foram submetidos milhares de operários nessas obras, as consequências continuam sobre a população mais pobre, como a maior enchente das últimas décadas, que afetou Porto Velho e cidades do Amazonas, também margeadas pelo

Rio Madeira, deixando centenas de desabrigados e desalojados. Nada indica que a situação vá melhorar no próximo período de cheia do Rio, consequência direta das obras do PAC na região. Em relação a esse e outros problemas, nada foi dito pela “presidenciável”.

Circo eleitoral também para o governo do Estado

Divulgada a primeira pesquisa de intenção de voto, os candidatos já se arvoram como “prediletos” da população. Usam as pesquisas como instrumento de marketing e manipulam os dados ao seu bel prazer. No Estado, como duas oligarquias disputam as eleições, os órgãos de pesquisa ainda se dividem e apontam “empate técnico”. Confúcio Moura (PMDB) na coligação com o PDT, PSB, PTN, PC do B, PRTB, PSL e PRP tem 28% das intenções de voto e Expedito Junior (PSDB) com a coligação PSDC, PSD, PEN, PHS, PSC, PMN aparece com 27%.

O candidato do PT, Padre Ton, na coligação com o PP, PR, PPS, PROS, PV, PTC tem 9%. O candidato da “esquerda”, Pimenta de Rondônia (PSOL) na coligação com o PSTU tem 1%. Os brancos e nulos chegam 9%, com percentual igual às intenções de voto na coligação do PT.

As eleições no estado refletem toda a podridão da classe capitalista local. Confúcio Moura passou quatro anos administrando o estado sob denúncias de corrupção em seu governo, se sustentou às custas de arrocho salarial dos servidores do estado, que, por diversas vezes, saíram em greves praticamente em todos os setores da administração pública. Expedito Junior no pleito passado não pode concorrer devido a processos ligados à lei da “Ficha Limpa”, que levaram à cassação de sua candidatura. Hoje se apresenta na disputa como se nada houvesse ocorrido.

Jaqueline Cassol disputa pela primeira vez tentando refazer o nome do irmão, Ivo Cassol, ex governador do estado e senador cassado por diversos crimes de corrupção desde quando era prefeito em Rolim de Moura. Pimenta de Rondônia foi do PCdoB, do PSTU, e agora sai candidato a governo pelo PSOL, tentando limpar o seu nome sempre vinculado aos latifundiários do estado, inclusive contra os camponeses pobres. Padre Ton tenta refazer o nome do PT no estado, principalmente na capital, em função do estardalhaço de corrupção ligada à administração de Roberto Sobrinho, prefeito preso com alguns de seus secretários e que até hoje responde processos na justiça.

O fato do Partido Operário Revolucionário ser embrionário e ainda se encontrar em construção impossibilita uma candidatura própria para denunciar a farsa da democracia burguesa e defender a revolução social. Por isso, chamamos o VOTO NULO PROGRAMÁTICO em defesa do emprego, da moradia, do salário mínimo vital e da construção do Partido Operário Revolucionário.

De fato, “Palavra Operária” está por um “partido da revolução social”?

Na edição 107, o jornal da LER-QI traz um artigo curioso sobre o partido que pretende construir. Em sua epígrafe, diz que “a esquerda tradicional não passou à prova de junho de 2013 e das greves”, e que por isso é preciso “um partido dos trabalhadores, com uma perspectiva revolucionária e comunista”.

Essa formulação indica que os leristas estão longe do marxismo-leninismo-trotskismo. Coloca-se por um “partido dos trabalhadores”. Basta a indefinição de classe para se verificar a confusão oportunista. Trabalhadores é um conceito amplo que abarca não apenas a classe operária como também a pequena-burguesia.

Recordemos um duro debate que se passou bem na origem do PT. A fração minoritária, que resultou hoje no POR, defendia que era preciso definir o caráter de classe do partido por seu programa. Nesse sentido, tratava-se de pôr em pé um partido do proletariado. A resposta dos reformistas, ex-estalinistas, ex-foquistas e clericais de esquerda era de que pretendíamos um partido de “macacão”, fechado às massas e sectário, portanto, tinha de ser dos trabalhadores, amplo e democrático.

A ascensão do PT e do caudilho Lula despertou entre os revisionistas do trotskismo de outros países a bandeira de partido dos trabalhadores. O caso de maior destaque se encontra na Argentina. O Partido dos Trabalhadores Socialistas (PTS) e o Partido Operário (PO) se tornaram pródigos propagandistas de um partido dos trabalhadores. PO chegou a propor uma fusão com o PTS para formar um partido dos trabalhadores.

De onde partiu o debate entre essas duas correntes que se reivindicam da IV Internacional? Partiu da formação da Frente de Esquerda e dos Trabalhadores para as eleições. Sem dúvida, um partido dos trabalhadores menos definido estaria de acordo com a avaliação de Jorge Altamira de que a Frente de Esquerda tem um promissor futuro eleitoral.

Em 2013, a pequena sucursal do PTS na Bolívia alimentou a ilusão de formar um PT boliviano, apoiado na Central Operária Boliviana (COB). Participaram da aventura outras correntes revisionistas. Daqui do Brasil, os morenistas do PSTU, os morenistas da LER-QI, os lambertistas do “O Trabalho” e até mesmo os ex-altamiristas do PCO fizeram um carnaval de louvor ao nascimento de um Partido dos Trabalhadores na Bolívia.

A burocracia da COB simplesmente queria achar um lugar nas eleições. Evo Morales estendeu as mãos aos burocratas vendidos e o PT foi para as “calendas gregas”. Todos se calam. Não vimos um balanço sobre o fracassado empenho dos revisionistas em empurrar os experientes burocratas da COB a formar um partido para as eleições, atrás do qual os esquerdistas poderiam embarcar. Precisam de um partido qualquer para votar, mas que pareça de esquerda e não esteja tão marcado pelo oficialismo burguês. No Brasil e na Argentina, os revisionistas eleitoreiros estão bem abrigados, mas não na Bolívia.

A LER-QI é a sucursal do PTS no Brasil. Em uma das eleições, os leristas decidiram liberar seus militantes a votar nas esquerdas. A escolha foi livre, parece-nos que à exceção do PCB, por ser estalinista (na exceção, a LER-QI acertou). Esse oportunismo foi encarado como normal pelos leristas. Nas eleições seguintes, a decisão foi de voto crítico no PSTU. Os leristas não ficaram ruborizados com a nova decisão.

Agora, estamos diante de mais uma eleição presidencial. O que farão? “Palavra Operária” começou com uma “crítica” explicativa “à democracia dos ricos” para concluir que está pela construção de um “partido revolucionário dos trabalhadores”. É bem provável que logo mais a LER-QI declare seu voto ao PSTU.

No momento, “Palavra Operária” está preocupada em mostrar que comparece como alternativa à “esquerda tradicional” (PSOL e PSTU). Em que sentido? No eleitoral, certamente.

O PSTU e PSOL, segundo o articulista Marcel Torres, “criticam o governo do PT pela esquerda”, “estão nos sindicatos e participam das lutas dos trabalhadores e da juventude, *mas na maioria das vezes não são vistos como alternativa que justifique o voto deles*”. (grifo nosso). Aqui está o nó da meada. A LER-QI quer um partido dos trabalhadores que seja uma alternativa de voto. Não esperávamos, certamente, que a LER-QI concluísse que os explorados necessitam de um partido empenhado em levá-los à revolução social.

O ponto de partida para a superação da crise de direção está em construir um partido que encarne a estratégia e os métodos da revolução proletária. A conclusão de que é preciso um partido dos trabalhadores que sirva de alternativa de voto é oposta a essa tarefa.

A intervenção do partido revolucionário nas eleições corresponde à tática. A formulação de uma “*alternativa que justifique o voto*” a transforma em estratégia, uma vez que é causa primária para se construir o tal do “partido revolucionário dos trabalhadores”.

A explicação fundamental do porque o PSOL, PSTU e PCO não podem pôr em pé um partido revolucionário está em que renunciaram à elaboração do programa da revolução proletária. Não aplicam o Programa de Transição da IV Internacional nas condições particulares do capitalismo e das classes sociais no Brasil. A LER-QI percorre o mesmo caminho do partido sem programa. Está aí por que em uma de suas edições do jornal Palavra Operária sustenta sem mais nem menos que já não se coloca no Brasil a aliança operária e camponesa, mas sim a “aliança operária e popular”. No momento, respondemos a essa patacoada dos leristas.

O artigo que comentamos está repleto de autoelogio e de exitismo para dizer que “um partido revolucionário tem que mostrar na prática a diferença em relação aos outros”. Tenta fazer um voo de altitude com as premissas de que “as revoluções são inevitáveis, mas que para vencer é preciso um partido revolucionário dos trabalhadores”, para finalmente voltar ao voo rasteiro da crítica ao PSTU e PSOL de que “a esquerda tradicional acha que basta agitar a sua bandeira para que os trabalhadores os sigam ou votem neles para ‘resolver os problemas’.”

A caricatura não se atém a esse ponto. Vai mais à frente. Diz o articulista, como em se estivesse em uma aula acadêmica, que os trabalhadores devem se transformar em “sujeitos” que não só constroem o partido, mas também “novos organismos democráticos das massas em luta”, a exemplo do que “fizeram na Rússia com os soviets (conselhos) e em dezenas de revoluções na história.”

Toda essa parlenga revolucionária serve para se colocar diante das eleições. Será que a LER-QI está se preparando para declarar seu voto no PSTU ou vai fazer uma virada?

A conclusão do artigo parece se despregar das preocupações eleitorais, mas só aparentemente.

A LER-QI precisa posar de herdeira das experiências revolucio-

nárias. Mas o faz sob a política democratizante, bem aos moldes das aspirações de uma fração da pequena burguesia que pende para a esquerda. Ressaltado o valor dos soviets, chega pretensamente a tal da “perspectiva revolucionária e comunista”.

Diz: “Esses organismos (os soviets) é que permitirão que um governo dos trabalhadores seja uma democracia e não uma ditadura, como o estalinismo (...)” A LER-QI não poderia escrever algo tão leviano. O estalinismo triunfou contra leninismo-trotskismo mesmo existindo os soviets. A ditadura estalinista resultou da degenerescência da ditadura do proletariado, que, por sua vez, expressou a burocratização no partido comunista e no Estado Operário.

Não é o caso de desenvolver toda a explicação que envolve o fracasso da revolução na Alemanha e as contradições internas à União Soviética. Pretendemos apenas desfazer o fetiche democratizante dos soviets, solto no artigo “Por um novo partido da revolução social”. De onde parte o fetiche democratizante? Da negação da ditadura do proletariado.

As correntes centristas – são centristas porque ainda guardam relação com o marxismo, mesmo que o deformem diariamente – mantêm formalmente a estratégia da ditadura do proletariado para o seu consumo interno. O morenismo, tronco de onde se originou o PTS argentino, se caracteriza por manobrar com os fundamentos e princípios marxistas, entre eles a ditadura do proletariado.

O que acabamos de ler sobre soviets, democracia, ditadura e estalinismo em “Palavra Operária” é um dos absurdos do morenismo, ou seja, do centrismo democratizante. Recomendamos que o leitor desta crítica também leia o artigo da LER-QI e observe se encontrará na essência das formulações a relação entre partido e revolução social, anunciada no título da matéria. Não a descobrirá.

No fundo do palavreado revolucionário, encontra-se a preocupação de uma corrente que ainda não pôde obter um registro legal e que se exaspera diante das eleições. De fato, a LER-QI não está por um partido revolucionário, marxista-leninista-trotskista.

Nota sobre a democracia

“Palavra Operária” dedica as duas primeiras páginas para fazer uma crítica vulgar à democracia burguesa. Eis os títulos: “Temos que dizer chega a essa ‘democracia dos ricos’, seguido do subtítulo “Para eles, tudo. Para nós, nada” Em seguida: “O Estado, esse ‘brinquedo’ dos ricos.” “Como fazer uma democracia dos ricos”.

Está bem a denúncia da fábula que custa um parlamentar para os cofres públicos. Até mesmo setores da burguesia chegaram à conclusão de que a farra passou dos limites. Mas por onde começar com a defesa da bandeira “chega desta democracia dos ricos”? A denúncia comparativa dos gastos milionários com a situação de penúria das massas deságua na questão eleitoral: não votar em Dilma, Aécio e Campos (o candidato burguês ainda estava vivo).

Passemos para a segunda parte do artigo. “Palavra Operária” percorre o leito comum da denúncia de praticamente toda a esquerda: o Estado é um balcão de negócios da burguesia, as campanhas eleitorais são financiadas por grandes empresas, os políticos administram o Estado para favorecer os negócios dos patrões, os grandes monopólios internacionais sugam as finanças públicas, etc. Toda a denúncia é correta e não devemos deixar de apresentá-la sempre que possível aos explorados.

Mas o que pretende a LER-QI? Tão-somente responder à questão eleitoral.

Na parte do artigo “Como fazer uma democracia dos ricos”, “Pa-

lavra Operária” descreve o caráter antidemocrático da representação eleitoral e qualifica a democracia de “distorcida”. Não há o que contestar. Apenas não nos parece preciso o conceito “democracia distorcida”. Há também setores da política burguesa que acham o voto universal não tão universal assim, principalmente no tocante ao peso da representação de cada estado da federação.

O que pretende a LER-QI com a denúncia? A resposta: mostrar que o Estado não é “democrático” e “imparcial”; e que não é verdade “que basta votarmos corretamente e ele atenderá nossas necessidades.” Exatamente assim termina o rol de denúncia.

Mas há uma quarta e última parte que não citamos acima, cujo título é: “Como lutar contra essa podridão?” Não é dada uma resposta objetiva, direta e clara. O redator descamba para novas denúncias (nada se pode esperar de uma reforma do Estado, é “enganação a Política Nacional de Participação Social do governo”, é uma farsa o plebiscito para convocação de uma constituinte exclusiva, etc.).

Finalmente, apresenta sua resposta: “convocar uma Assembleia verdadeiramente Livre e Soberana”; os políticos, funcionários e juizes passariam a “ganhar o mesmo salário que o professor do ensino básico”, o mandato seria revogável; “fim do executivo e do senado”, implantação de uma “câmara única”, “não pagamento da dívida pública”, “serviços públicos sob controle dos trabalhadores”, etc.

Embora as mudanças democráticas sejam colocadas no quadro das eleições presidenciais, “Palavra Operária” diz que somente serão obtidas por meio de “uma revolução que coloque abaixo essa classe (a burguesia) e organize um novo Estado, baseado no poder do trabalhador e do povo pobre a partir de seus organismos de democracia direta”. Procura convencer que a luta por tais “medidas democráticas” fará com que os trabalhadores “percebam que não é dentro do capitalismo que poderemos ter nossos direitos”. O que falta é um “partido revolucionário dos trabalhadores, para lutar por uma via revolucionária de transformação da sociedade.”

Palavra Operária se apresenta diante das disputas eleitorais interburguesas em torno do poder presidencial com denúncias sobre a “democracia distorcida” e com um conjunto de medidas de reformas democráticas radicais do Estado. Para não perder a pose de socialista, anuncia que a revolução e um novo Estado cumprirá a plataforma democrática anunciada. E para preservar a sua convicção de que é trotskista explica que a luta pelas medidas democráticas fará com que os trabalhadores descubram que não poderão obter direitos dentro do capitalismo. No centro da política da LER-QI, está a bandeira de uma Assembleia Constituinte Soberana. O que vale para o Brasil, Argentina, Bolívia, para todos os países latino-americanos, etc.

O fetiche construído em volta da Constituinte é uma herança do “morenismo”. Está de acordo a noção de revolução democrática. Fruto de uma revisão da concepção da revolução permanente. Nahuel Moreno supõe uma revolução democrática (“revolução de fevereiro”, em referência à Revolução Russa) nos países semicoloniais sem que esta se realize sob a ditadura do proletariado, como uma etapa prévia à revolução socialista. Assim, a bandeira de Assembleia Constituinte ganha importância fundamental. Passa, portanto, a ser programática. Ao generalizar a bandeira de Assembleia Constituinte, tornou-a estratégica. O “morenismo” acabou por confundir essa forma de poder de uma revolução democrático-burguesa com as tarefas democráticas a serem realizadas, por estabelecer uma relação de interdependência e por vincular a ela as formas de poder soviéticas (conselhos operários, de camponeses, de soldados).

Essa construção bastarda explica em parte a forma popularesca

como “Palavra Operária” se refere à “democracia dos ricos”, ao “Estado, esse brinquedo dos ricos”, etc. Também explica a imprecisão conceitual, como “democracia distorcida”, etc., e sua vulgarização. Por esse caminho, “Palavra Operária” oculta o essencial e desvia-se das conclusões revolucionárias.

Os conceitos são reflexos da realidade objetiva. Devem ser aplicados cientificamente. As formas popularescas que os ocultem desviam a compreensão objetiva e falseiam a realidade. A democracia deve ser preenchida com seu conteúdo de classe correspondente – democracia burguesa. Não se pode diluí-la em “democracia dos ricos”. Como uma forma de regime político, é imprescindível mostrar aos explorados que por meio dela os capitalistas exercem a ditadura de classe sobre a maioria oprimida, tanto quanto o faz com a ditadura militar, apesar das diferenças de regime político. Nem por brincadeira, se deve dizer que o Estado é um “brinquedo” dos ricos. Obrigatoriamente, os marxistas devem dizer que o Estado é a instituição pela qual a burguesia domina a classe operária e exerce a opressão generalizada sobre a maioria. O que os marxistas devem fazer é mostrar a ditadura de classe da burguesia diante dos acontecimentos. Nas eleições, é imprescindível.

Economia mostra mais sinais de recessão: é preciso organizar a luta em defesa do emprego

Novos dados econômicos reforçam a tendência de retração geral na economia brasileira, particularmente na indústria. A criação de empregos quase zerou, com pouco mais de 11 mil postos de trabalho criados em julho. Combinam-se o crescimento próximo de zero com a alta da inflação, queda do nível de emprego, maior endividamento do governo e comércio externo sem perspectiva.

Os números da retração

Somente janeiro registrou crescimento da atividade econômica significativa. Junho registrou, segundo o índice IBC-Br do Banco Central, atividade econômica 1,48% inferior a maio e 2,68% menor que a de um ano antes. O primeiro semestre fechou praticamente estagnado (crescimento de 0,08%). Em doze meses, o índice foi de 1,41%, registrando forte tendência de queda no último trimestre, quando a queda foi de 1,2% (-1,54% em relação ao mesmo período de 2013).

Enquanto instâncias do governo projetam um crescimento anual entre 1,6% e 1,8%, o setor privado (pesquisa Focus) já reduziu sua previsão de 0,86% para 0,81%. Em julho, era de 1,05%. A equipe da Rosenberg Associados alterou a sua estimativa de expansão do PIB de 2014 de 1,1% para 0,8%.

A produção industrial caiu 2,6% no semestre, comparado ao mesmo período de 2013. O setor de bens de consumo duráveis despencou 8,6%. O varejo, sem contar os setores automobilísticos e construção civil, subiu 4,2%, mas só 0,1% se incluímos esses setores fundamentais da economia, e que têm sofrido mais fortemente a crise. A importação de bens industriais atingiu seu índice mais alto desde 2007: 21,8%.

Queda dos preços das matérias-primas estrangula ainda mais economia

O Brasil tem recuado sua industrialização ano a ano. Em 1992, o setor industrial respondia por pouco mais de 24% da

Ocorre que os centristas se veem na contingência adaptar o seu “marxismo” à pequena-burguesia. Tornou-se moda a fórmula “dialogar com os trabalhadores”. O que exige dos “marxistas” readaptarem seus conceitos. No lugar de democracia como exercício da ditadura de classe da burguesia, coloca-se “democracia dos ricos”. No de Estado como instrumento da ditadura da classe capitalista, “Estado, esse brinquedo dos ricos.” E por aí vai!

Inevitavelmente, assim, onde os centristas tocam moldam uma caricatura. A superficialidade e a leviandade são outras características complementares do vulgarismo. As denúncias de “Palavra Operária” à corrupção (ao “Estado como ‘balcão de negócios da burguesia’”) não vão à raiz do fenômeno e assim não se vê obrigada a dar a resposta que corresponde. Por ser inerente à política burguesa e ao funcionamento do Estado, por expressar o parasitismo da burguesia e por refletir a decomposição geral do capitalismo, a corrupção, as negociatas e o tráfico de influência serão eliminados com a destruição do Estado burguês e junto dele a democracia burguesa pela revolução proletária. A ditadura do proletariado e sua correspondente democracia dos explorados erradicarão o poder econômico da burguesia e com ele toda a podridão.

economia. Hoje, esse índice é de pouco mais de 12%. O país é hoje relativamente ainda mais atrasado do que era há 20 anos atrás. E sua economia depende ainda mais dos preços dos gêneros alimentícios e demais matérias-primas. Atreladas às negociatas das bolsas de valores por todo o mundo, seus preços sofrem de acordo com os interesses e necessidades mais imediatas do capital financeiro internacional. Nas últimas semanas, os preços das chamadas commodities têm caído, e sufocam ainda mais a economia brasileira.

A soja ficou 4,55% mais barata, o trigo recuou 12,4% e os bovinos, apesar de estarem perto do período de entressafra (quando a oferta é menor), cederam 1,01%. O milho em grão caiu menos do que em julho, mas ainda forte, 8,03%.

Os alimentos in natura, que dependem mais da produção doméstica, mesmo após fortes reajustes para baixo depois da estiagem do início do ano, caíram 5,28%.

Dos produtos ligados à indústria, o minério de ferro continuou em queda, 5,93% mais barato no mês.

Foi essa combinação que levou o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) a permanecer negativo em 0,91%, apesar da alta geral inflacionária, que tende a 6,5% no ano.

Queda na criação de empregos

Os índices de emprego do IBGE permanecem quase estáveis, apesar da queda da oferta de vagas. Muitos dos que não têm emprego são descartados da contagem por não estarem mais procurando trabalho. Mas o que vemos é a retração sistemática da criação de empregos, aliada a uma queda geral nos índices de reajustes salariais, isso nos últimos três anos. A contratação de substitutos aos demitidos se dá com salários inferiores (de R\$ 1.281,00 para R\$ 1.180,00), o que aprofunda a tendência ao arrocho.

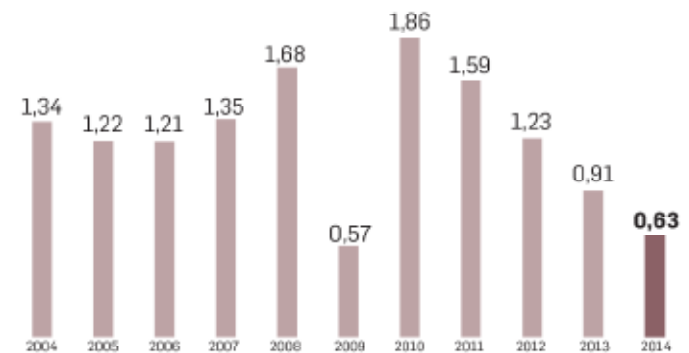
Em julho, se criaram 11.796 postos de trabalho, 71,55% a menos que no mesmo mês em 2013. O acumulado do ano re-

gistrou 632.224 vagas criadas, 30,31% a menos em relação ao mesmo período de 2013. Pior desempenho desde 2009, ponto crítico da crise econômica até agora. A indústria fechou mais de 15 mil vagas no mês. Os serviços cresceram 11.894 postos e imprimiram o caráter positivo ao índice. O comércio gerou apenas 955 postos. A construção civil, pouco mais de 3 mil.

● Geração de emprego tem o pior desempenho para o acumulado do ano até julho desde 2009

Saldo líquido até julho de cada ano

EM MILHÕES DE VAGAS



FONTE: MTE

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Novas medidas paliativas do governo

O governo respondeu à crise com mais liberação de depósitos aos bancos. No mês passado, foram 30 bilhões de reais, e agora mais 10 bilhões. Desta vez, vinculados ao crédito para compra de automóveis, setor mais afetado pela crise e que pelo tamanho arrasta a economia como um todo. Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, 63% das famílias brasileiras está endividada, sendo que a parcela da renda das famílias comprometida com dívidas atingiu

30,3%. O que indica a impossibilidade de ampliar o consumo pelo crédito.

O banco Central pretende manter os juros da taxa Selic na faixa dos 11% anuais, de forma a conter a tendência inflacionária, que se mantém. Tendência que deve se acentuar diante das iniciativas do Banco Central norte-americano de enxugar o volume de dólares no mercado mundial, o que pressionará o câmbio no Brasil e, com ele, a inflação.

Os paliativos do governo têm fôlego curto, se é que ainda farão algum efeito. Tudo indica que após as eleições se intensificará a luta de classes no país, movida pelos ataques que governo e capitalistas pretendem desfechar sobre as massas.

Resposta operária à crise

A tendência de aumento da inflação e desemprego não pode ficar sem resposta dos explorados, sob o risco de sofrerem com as consequências da crise capitalista. É preciso colocar em pé um amplo movimento, baseado na convocação de assembleias de base, que discutam e aproveem uma plataforma de reivindicações de defesa da vida das massas, a começar pelo salário e emprego. A defesa do emprego e salário estará no topo dessa plataforma de reivindicações, com as bandeiras do salário mínimo vital, reajuste automático (escala móvel de salários), estabilidade e emprego para todos (escala móvel de horas de trabalho – divisão de todo trabalho entre todos os aptos, sem redução salarial). É nisso que deve apostar a vanguarda revolucionária.

A passividade da classe operária não poderá ser sustentada pela burocracia sindical diante dos ataques generalizados da burguesia aos empregos e salários. O trabalho revolucionário consiste em defender não apenas as reivindicações mais os meios de manifestação coletiva dos explorados. As denúncias contra a atuação dos sindicatos em favor dos interesses patronais auxiliarão o trabalho para romper a passividade.

O texto abaixo foi discutido e aprovado no Encontro Operário de 16 de agosto

Importância da defesa do salário mínimo vital para a política revolucionária do proletariado

1. De janeiro a julho de 2014, o valor da cesta básica cresceu na maioria das capitais do país. Em São Paulo, a cesta básica ficou em R\$ 345,42, comprometendo 51,86% do salário mínimo líquido. O que significa que o trabalhador que recebe o salário mínimo precisou de 104 h 58m (tempo de trabalho necessário) para adquirir uma cesta básica, segundo o Dieese. Na capital paulista, a cesta básica é a segunda mais cara entre as capitais (Florianópolis é a mais cara). A variação do preço da cesta básica nas capitais não modifica a conclusão de que a cesta básica tem um valor elevado, incompatível com o salário mínimo de R\$ 724,00. Ainda mais, a cesta básica, calculada por essa instituição, é insuficiente para alimentar uma família de 4 pessoas. Se levar em conta os produtos necessários para uma família, verifica-se que a cesta básica calculada pelo Dieese é insuficiente.

2. A cesta básica é um dos itens que compõe o custo de uma família. O aluguel, as tarifas (somente nesse mês a energia elétrica deu um salto), a saúde (os remédios estão nas alturas), a educação e as despesas de higiene e outras são também decisivos para compor o custo de manutenção da família. Segundo o Dieese, seria necessário um salário de R\$ 2.915,07. O que significa mais de

4 salários mínimos de R\$ 724,00. Agrava-se a situação porque o salário mínimo do governo permanece o mesmo durante o ano, independente da elevação do custo de vida. Assim como o cálculo da cesta básica do Dieese não dá conta de todas as necessidades de uma família, o cálculo de seu salário mínimo também não corresponde às reais necessidades. Segundo nossos cálculos, o salário mínimo real deve ser R\$ 4.200,00.

3. A defesa do operário, do camponês e da juventude trabalhadora implica a luta pelo salário mínimo vital e o reajuste automático de acordo com a elevação do custo de vida. O estudo científico das necessidades da família operária deve servir de base para a fixação do salário mínimo vital. Essa deveria ser uma tarefa dos sindicatos, para que as assembleias operárias aprovassem o seu valor real e a correção automática. O salário mínimo vital, ao invés de ser estático por um ano, segue o movimento dos preços dos produtos de primeira necessidade. Por isso, tem de ser corrigido automaticamente. Essa é a via para proteger os trabalhadores da exploração capitalista. Está aí por que a reivindicação de salário mínimo vital é para agora e se torna cada vez mais fundamental na medida em que o capitalismo se decompõe e se vê obrigado

a impor um salário mínimo de fome e arrochá-lo ao máximo.

4. O problema está em que os sindicatos estão estatizados, convertidos em apêndices governamentais. Perdem, assim, a sua liberdade de ação e arrastam os trabalhadores para a política de proteção do capital. O valor do salário mínimo imposto pelo Estado deixou de ser questionado pelas direções sindicais e passou a ser tomado como ponto de partida para o demagógico discurso “rumo ao salário mínimo do Dieese”. As campanhas salariais fragmentadas não tocam na essência, que é o piso (salário básico). Permite-se, assim, que boa parte das categorias tenha um piso salarial equivalente a pouco mais de um salário mínimo, como é o caso dos têxteis. O sindicalismo controlado pelo Estado é um obstáculo à penetração da política revolucionária no seio da classe operária, porque atua para quebrar o instinto de revolta inerente aos explorados. É o sindicalismo que se esmera em “solucionar” a crise capitalista à custa do trabalhador. Portanto, coloca-se no campo oposto ao da luta de classes (política revolucionária). Por sua vez, os sindicatos controlados pela política centrista/reformista (PSTU, PSOL) não travam um férreo combate ao sindicalismo da burocracia cutista e forcionista. Limitam-se a denúncias pontuais. Sua política de cindir as Centrais significou a recusa a esse combate. Não há outra via para a defesa efetiva do salário mínimo vital e outras reivindicações se não se libertar os sindicatos da política burguesa, constituindo uma direção proletária.

5. É na luta pelo salário - estamos falando do salário mínimo vital - que se torna evidente a política da burocracia estatizante e a do centrismo/reformista inconsequente. A política revolucionária parte das necessidades da classe operária e não do que

o capitalismo pode oferecer. E revela as leis de funcionamento do sistema capitalista. Os capitalistas não têm como objetivo satisfazer as necessidades dos trabalhadores, mas sim a de obter a mais-valia. A defesa do salário mínimo vital se choca com os interesses da classe exploradora. A burocracia sindical, ao negar a luta para impor o salário real para a maioria explorada, se coloca no campo da burguesia, na defesa do sistema econômico vigente.

6. Não por acaso, a luta para se conquistar o salário mínimo vital colide frontalmente com a classe capitalista e seu Estado. A possibilidade de materializar essa reivindicação está determinada pela força coletiva e pela luta. E será por meio da ação direta que os trabalhadores compreenderão a necessidade de pôr fim ao capitalismo para poder preservar a vida da maioria explorada.

7. Para o POR, a política sindical é parte do programa. As reivindicações de defesa da vida dos explorados são o ponto de partida que permite unir a luta pelas reivindicações imediatas com a finalidade estratégica da revolução. A burocracia sindical se apoia no programa burguês de defesa do capitalismo (embora em palavras denuncie o lado bárbaro do sistema econômico, como ocorre com os cutistas). Os centristas e reformistas separam as reivindicações imediatas do objetivo estratégico, embora professes o socialismo. A política do partido combina a defesa das reivindicações transitórias com a estratégia do proletariado. Isso requer a assimilação do programa revolucionário, conhecimento da realidade que se quer transformar. As reivindicações de salário mínimo vital e de escala móvel de reajuste têm de ser explicadas nas condições objetivas para que não se tornem uma mera lista de exigências.

Responder aos assassinatos dos camponeses com a política do proletariado: Tribunal Popular e comitês de autodefesa

Mais duas lideranças dos camponeses perderam suas vidas: Josias Paulino de Castro e Ireni da Silva Castro. No dia 16 de agosto, foram assassinados por pistoleiros pagos pelos madeireiros e latifundiários da região de Colniza, Mato Grosso. Josias era presidente da Associação Asprunu e travava uma luta pela legalização das terras do Projeto Filinto Müller. Vinha sofrendo ameaças porque denunciou a emissão de títulos dessa área em nome de fazendeiros e madeireiros.

Na reunião de 5 de agosto com o Ouvidor Agrário Nacional, Josias declarou: “Estamos morrendo, somos ameaçados, o governo do Mato Grosso é conivente, a PM de Guariba protege eles, o governo federal é omissivo, será que eu vou ter que ser assassinado para que vocês acreditem e tomem providências?”. Alguns dias depois, foi fulminado a tiros, juntamente com sua companheira.

Josias e Ireni se somam a outros camponeses, como Luís dos Santos, Venisson Ferreira, Jailson de Jesus, Paulo Sérgio Santos, Maria José Amorim, José Enedina, Luís Carlos Silva, Raimundo Rodrigues, Maria Lúcia do Nascimento, Artêmio Gusmão, Leônidas Fernandes, Maria Paciência dos Santos, Félix Leite, Valdair Roque, Francisco Laci, Francisco Alcivan, Anderson Souza, Alceimar Souza, Rubens Santiago e Rodrigo Pereira, assassinados somente em 2014.

Diante da sanguinária ação dos latifundiários, o que mais chama a atenção é o silêncio das organizações camponesas, operárias e populares. Não vemos o MST, a Contag, CUT e outros movimentos lançarem uma massiva e acirrada campanha de responsabilização dos governos, dos latifundiários, dos madeireiros, dos

agroindustriais e da polícia pelos crimes cometidos contra os sem-terra, acampados e lideranças sindicais.

Os assassinatos de camponeses põem em evidência a impunidade dos crimes cometidos pela classe capitalista e seu Estado. Põem, também, em evidência o quanto os dirigentes sindicais têm colaborado com a política burguesa ao não desfechar uma batalha sem trégua contra os capitalistas e seus governantes.

A violência dos grandes proprietários indica a agudização da luta de classes no campo. Para defender suas propriedades e manter as relações capitalistas de produção, a oligarquia agrária brasileira não tolera nenhuma violação pelos camponeses ao seu domínio latifundiário. Já era tempo do movimento camponês ter organizado, no sentido contrário, a sua autodefesa armada. Não se resiste aos jagunços e à polícia apenas com palavras, denúncias e ações pacíficas. Está mais do que na hora de se constituírem os comitês de autodefesa e de estabelecer a unidade nacional do movimento camponês, completamente fragmentado.

A solução do problema da terra é uma tarefa democrática que não poderá ser resolvida por nenhum governo que pretende administrar o Estado a serviço do capital e da manutenção do sistema capitalista. A luta pela terra, pelo fim do latifúndio, etc. faz parte do programa da revolução proletária. Com esse objetivo, o Partido Operário Revolucionário denuncia os assassinatos no campo e levanta a bandeira da constituição de um Tribunal Popular para julgar e punir com os métodos próprios da classe operária os crimes contra os camponeses. Coloca a tarefa de erguer os comitês de autodefesa.

Londrina

50 famílias são violentamente despejadas, perdem seus móveis e ficam sem ter onde morar

Os moradores do terreno ocupado não tiveram tempo para retirar seus móveis, foram ameaçadas e presas pela PM e deixadas ao relento pela Prefeitura

Mais de 50 famílias londrinenses que ocupavam um terreno na zona norte da cidade foram vítimas da truculência do poder Judiciário, da Prefeitura, da Polícia Militar e da Guarda Municipal. Os cerca de 150 trabalhadores, estudantes, crianças e aposentados que ocupavam o terreno ao lado do Conjunto José Belinati, entre os Conjuntos Semíramis e João Paz, foram violentamente expulsos do local no dia 13 de junho. O terreno é de propriedade da COHAB.

Eles não tiveram tempo hábil para retirar seus pertences, tiveram seus móveis destruídos e foram ameaçados e humilhados pelas “autoridades” que dizem zelar pelo bem-estar da população. Algumas famílias esperam há mais de 10 anos na fila da COHAB para ter acesso a uma casa e foram vítimas da burocracia do órgão. “A COHAB já perdeu os documentos da minha inscrição e tive que fazer tudo de novo”, disse uma moradora.

Deboche, ameaças, humilhação e truculência

Enquanto a assistente social da COHAB entrava nas casas sem a presença dos proprietários e etiquetava os móveis, os 200 PMs fortemente armados que coordenavam a ação ameaçavam e debochavam daqueles que iriam ficar sem teto. “O policial tirou uma foto minha e disse que se me encontrasse na rua iria me prender”, relatou um jovem. A esposa dele, que se desesperou ao ver sua casa demolida, foi chamada de “favelada e barraqueira”.

Alguns conseguiram retirar os móveis antes da demolição, mas outras famílias perderam tudo: sofás, cadeiras, eletrodomésticos, cama, colchão e o madeiramento dos barracos. Aqueles que tiveram os móveis etiquetados não receberam nenhum número de protocolo ou qualquer documento que possibilite a retirada desses bens junto

à COHAB.

Como se não bastasse perder todos os bens materiais adquiridos com muito esforço, um morador presenciou o trator que demolia as casas passar por cima e matar seu cachorro de estimação. “Não tive tempo para retirar o animal”, lembrou.

Depois da desocupação, muitos foram morar na casa de parentes e amigos. Os que não tinham ninguém com quem contar receberam a orientação da assistente social da COHAB para esperarem no local, que um veículo da prefeitura os levaria para um abrigo. As famílias esperaram até 1h da manhã, mas ninguém apareceu. Além de adultos, muitas crianças e idosos tiveram que dormir na rua, ao relento. Os desabrigados ainda foram provocados pela assistente social que, disse em tom de ironia: “Fiquem aí esperando pelos advogados dos direitos humanos”.

Além da conduta criminosa praticada pelas forças de segurança durante a desocupação, os moradores também foram vítimas do poder judiciário. Ao contrário do que diz a lei, que determina prazo de 15 dias para a contestação, nenhuma família foi avisada da desocupação até 5 dias antes de serem expulsos, tempo insuficiente para fazer uma retirada digna de seus pertences.

Denunciamos esta ação criminosa do Estado contra famílias de trabalhadores de Londrina. Todas as autoridades se unem para jogá-las nas ruas, sem piedade, mas favorecem os poderosos que violam as leis municipais para seus empreendimentos e shoppings. Chamamos os trabalhadores e a juventude a reforçar a luta pela moradia para todos e contra a repressão dos movimentos sociais

Comitê Londrinense contra a Repressão e Criminalização do Movimento Social

USP: Não têm mais o que esconder:

Zago/Alckmin jogam Tropa de Choque contra funcionários e estudantes

Zago/Alckmin pedem na justiça que declare a greve ilegal e multe o sindicato

A resposta continua sendo: GREVE até derrotar o congelamento salarial, o corte de ponto, as multas, repressão policial e ameaças do reitor/governador autoritários!

No dia 20/08, a manifestação pacífica de funcionários e estudantes nos portões do campus Butantã foi atacada repentinamente pela Tropa de Choque. O que se viu foi um ataque com bombas, balas de borracha e gás, agressões gratuitas, tudo para dissolver o Tranço nos portões 1 e 3 e que ainda prosseguiu pelas avenidas da região, com ataques que ignoravam o risco de atingir a população que circulava nas proximidades. Ônibus, automóveis e pedestres foram atingidos pela brutalidade da repressão policial, que agia insanamente. Tudo a mando do reitor Zago, que solicitou formalmente a repressão policial para abrir à força a universidade em greve e perseguir os grevistas nas ruas.

A seguir, o Tribunal do Trabalho convocou a USP e o Sin-tusp para uma audiência. A USP reafirmou o reajuste ZERO. O pedido da reitoria/governo foi para que se declarasse a greve ilegal, se impusessem multas diárias de 100 mil por cada unidade em greve ao sindicato, se obrigasse a volta do pleno funcionamento do Hospital Universitário. Para o Tribunal, Zago/Alckmin disseram a verdade de suas intenções: nada de negociar, proibir a greve e acabar com ela pela força da repressão. A intenção de Zago/Alckmin era usar a ilegalidade da greve para ampliar a repressão ao movimento. Pretendem seguir o mesmo caminho que percorreram na greve dos metroviários.

O Tribunal, no entanto, ao ver que não havia nenhuma pro-

posta de negociação da parte do reitor/governo, negou seu pedido e exigiu que apresentassem uma proposta de reajuste. No próximo dia 27/08, haverá uma negociação imposta pelo TRT.

Sabemos que a reitoria pode manobrar nessa negociação. É preciso fortalecer a greve de forma a aumentar a pressão sobre a reitoria/governo. Trata-se de defender o direito de greve, de lutar pelas reivindicações, que os autoritários Zago/Alckmin pretendem suprimir. E, defendendo as reivindicações, derrotar o plano de maior privatização e precarização da universidade.

Romper o isolamento da greve indo às ruas

A combativa greve na USP/estaduais paulistas tem se mantido, apesar do isolamento. É preciso romper esse isolamento, levando as reivindicações e a defesa do movimento para todas as manifestações, protestos e greves que estejam acontecendo. Em cada assembleia, cada passeata, cada bloqueio de rua e avenida, devem estar presentes as faixas e bandeiras que levantamos na USP, a defesa do direito de greve e manifestação, a luta pelo ensino público e gratuito e a denúncia do plano privatista e precarizante de Zago/Alckmin. Organizar um ato de rua da greve unificada dos que estudam e trabalham.

Por em pé a assembleia geral universitária contra o autoritarismo do reitor e do C.O.

O Conselho Universitário vai se reunir na semana que vem. É preciso colocar em pé urgentemente a Assembleia Geral Universitária, dos três setores, que seja capaz de fazer um contraponto ao autoritarismo privatista da reitoria e sua burocracia universitária com a unidade dos três setores, para defender de forma democrática, unitária, autônoma, pela base, um conjunto de medidas de resposta ao autoritarismo e privatismo de Zago/Alckmin.

Como afirma a carta do comando de greve dos estudantes, é preciso responder: "a) [...] o ataque ao direito de greve, por meio do corte de ponto, multas ao sindicato, da entrada da tropa de choque para desfazer os piquetes, da ameaça de demissão dos diretores do SINTUSP e do mandado de reintegração de posse, que recoloca na iminência a repressão aos grevistas; b) A necessidade de investigar, de maneira independente, a corrupção da burocracia universitária, os favorecimentos à iniciativa privada e a suposta crise orçamentária, utilizada como pretexto para aprofundar a precarização e a privatização da universidade; c) A necessidade de elaboração do orçamento que atenda as reivindicações, seja por reajuste salarial, permanência e acesso, descontaminação da EACH dentre outros. Que esse levantamento seja feito pelo próprio movimento a ser apresentado ao governo do estado que deverá arcar com a verba necessária para a manutenção da universidade; d) [...] o autoritarismo e o funcionamento antidemocrático da universidade, que se manifesta uma ofensiva repressiva com sindicâncias, processos, prisões, eliminações e demissão políticos".



As medidas propostas pela reitoria diante da crise são por si só uma razão para ampliar a unidade e mobilização. O plano de demissão voluntária (PDV) para 3.000 servidores técnico-administrativos e a diminuição da jornada de trabalho com redução dos salários têm o claro objetivo de aumentar ainda mais a exploração dos trabalhadores e, onde puder, servir para a substituição por funcionários terceirizados (que têm as condições de trabalho, o salário e os direitos ainda piores). A desvinculação dos hospitais universitários, com a passagem de sua administração ao governo do Estado serve para aumentar a privatização, aumentar os cortes e atacar as condições de atendimento da população e as condições de trabalho. A proposta de transferência dos custos com a permanência estudantil diretamente para o governo objetiva sucatear a permanência e aumenta a ingerência do governo sobre da universidade.

Comandos abertos para aumentar a participação dos estudantes independentes

É preciso fortalecer a ação da vanguarda estudantil que comparece às assembleias, comandos e manifestações. Reforçar a democracia estudantil, que é a forma que corresponde à mobilização massiva. Em primeiro lugar, a soberania das assembleias gerais. A assembleia é quem deve tomar as decisões sobre os rumos do movimento, que não podem ser revogadas por instâncias menores (direção do DCE, CCA, comandos etc.). A assembleia decidiu formar um comando de greve eleito



na forma de delegados. Em outros momentos, essa forma impulsionou a mobilização, contra o freio imposto por direções conciliadoras (como aconteceu em 2011). Centenas de delegados eleitos nas assembleias de base davam esse caráter ao comando.

Mas, no movimento atual, não é isso que se passa. Assembleias de algumas dezenas de militantes das correntes elegem os delegados, que assim não refletem a mobilização nas bases, mas justamente sua desmobilização. No comando, não expressam as polêmicas nas bases, simplesmente porque as bases não estão nas assembleias de curso. Expressam apenas as correntes políticas. Dessa forma, o comando de greve fica engessado para impulsionar a participação de dezenas de estudantes independentes que se dispõem a se mobilizar, mas não podem decidir. E o comando acaba mudando decisões de assembleias, sob o pretexto de que é democrático por ser constituído por delegados eleitos nas assembleias de curso.

Em outras mobilizações na USP e em outros lugares, comandos abertos chegaram a impulsionar as mobilizações sem problemas de distorções de representatividade; basta que tenham o caráter executivo das decisões tomadas nas assembleias gerais. Abrir o comando para dezenas de estudantes independentes poderem intervir de forma ativa pode impulsionar a participação dos estudantes nas atividades da greve, e é disso o que ele mais precisa neste momento.

Encontro da Universidade Popular, mais uma expressão da política reformista!

Ocorreu entre os dias 14 e 17 de agosto, em Fortaleza, o Movimento pela Universidade Popular, organizada pela juventude comunista/PCB e suas variantes. A palestra principal foi do candidato a presidente da República, Mauro Iasi/PCB. O que evidenciou o objetivo eleitoral do encontro.

Na exposição, Iasi abordou a necessidade de reformulação do plano de carreira na docência. A burocracia sindical insiste na reforma estatutária justamente para não levantar as reivindicações gerais e para bombardear o princípio classista de **trabalho igual e salário igual**.

O tom acadêmico da palestra indicou que o encontro não serviria para organizar a luta dos estudantes, docentes e funcionários nas universidades. Em sua essência, o objetivo foi o de apregoar a formação de uma intelectualidade de esquerda acadêmica. Iasi não levantou um dedo contra a burocracia autoritária e corrupta. Não analisou a integração de grande parte dos acadêmicos à ideologia da classe dominante e ao processo de mercantilização da educação; Assim, o candidato do PCB não atacou corrupta burocracia universitária, que tem ajudado os governos a desintegrar a universidade pública, implementando as suas diretrizes privatizantes.

Observa-se que o estalinismo continua com sua política pequeno-burguesa de atrair a intelectualidade que posa de progressista e reformista. Na USP, os estudantes vêm realizando uma rica experiência diante da farsa democrática. Em assembleia, chegaram a votar a proposta de se lutar pelo controle da universidade por meio da assembleia universitária e de constituição de um governo tripartite (professores, funcionários e estudantes), com mandato revogável.

O PCB a desconhece porque não está pela derrocada da burocracia universitária e pela imposição da Autonomia Universitária por meio da luta de classes. Não há outra conclusão a ser tirada da palestra do candidato Iasi. A tal da Universidade Popular (UP) é uma invenção do estalinismo, que serve à sua bandeira de “poder popular”.

Crítica à Universidade Popular

Estudantes, professores e funcionários, ao lado do Boletim “Reformar a universidade ou destruir a educação de classe”, publicamos uma Carta dedicada à formulação de uma Universidade Popular

É improvável que alguém consiga definir o que seja Universidade Popular. O sistema educacional como um todo é produto do capitalismo, funciona como um instrumento deste e serve aos interesses da burguesia. Uma Universidade Popular nos marcos da sociedade de classe, portanto, não pode ser definida como antídoto à universidade burguesa.

Mesmo que as massas se incorporassem à Universidade, esta continuaria sendo burguesa. Não seria correto defini-la apenas pela composição

social. Caso contrário, o ensino fundamental e o médio seriam populares. O médio, menos popular que o fundamental.

É certo o reconhecimento que a universidade está controlada por uma “elite” completamente distante das necessidades culturais da maioria nacional. Seu acesso se restringe a uma camada da

É de triste memória a revisão estalinista da revolução proletária, substituída pela fórmula de “revolução popular”. No Chile, o seu “poder popular” colocou o PC sob a tutela do socialismo socialdemocrata do PS no governo de Unidade Popular. A traição à classe operária chilena e aos camponeses pobres foi definitiva.

O “poder popular” na universidade é uma fraude. O palavrado de que deve ser formada por uma camada do “povo” com intelectuais democráticos e progressistas à frente, em contraposição à universidade burguesa, oculta a profunda adaptação do que restou do estalinismo brasileiro ao capitalismo. Pode parecer atrativo o chamado à formação de indivíduos críticos ao capitalismo, mas não passa de um blefe. Na verdade, todos esses argumentos embelezados de retórica de luta contra o capital não passam de abstrações. Não ultrapassam os muros da universidade decadentes.

De acordo com Mauro Iasi, a UP não se refere ao ingresso das massas jovens. Não se refere ao acesso universal no nível superior. Mas sim à disputa pela hegemonia “popular” em detrimento da elite, por meio de projetos (debates, seminários, encontros etc.). Não poderia enfrentar a questão do ensino privado e da luta pela estatização, fim dos vestibulares, livre acesso, etc.. Os integrantes do PCB fizeram essa defesa nos GTs e na plenária final.

O máximo que chegaram quanto às reivindicações foi a defesa dos 10% PIB para educação pública, na mesma linha do PSTU, PSOL e PCdoB.

O POR divulgou atuou sobre a base do manifesto “Reformar a universidade, ou destruir a educação de classe”, cuja bandeira central é a expropriação sem indenização do sistema privado, constituição de um sistema único, estatal, gratuito, científico e controlado coletivamente pelas assembleias universitárias. A militância porista expôs a necessidade de se defender junto aos estudantes, professores e funcionários a bandeira de governo tripartite. Apoiou-se na tese de que na fase imperialista do capitalismo é impossível reformas a favor do proletariado e demais oprimidos, a não ser que sejam arrancadas pela luta de classes e pelo avanço da revolução proletária.

classe média. Em determinados cursos, somente entram os filhos da classe média alta e da burguesia. Mas os defensores da “Universidade Popular” não se referem ao ingresso massivo da população jovem ao ensino superior. E se se referissem à composição social predominantemente popular, não teria sentido o conceito. Trata-se do acesso universal, que o capitalismo não possibilita.

A luta pelo direito ao acesso a todos os estudantes que terminam o ensino médio é uma tarefa democrática que não transforma a universidade burguesa em “popular”. Nota-se que no Brasil o ensino médio não se universalizou. Não há escolas e condições de estudo para todos. No sentido rigoroso da universalização, nem mesmo o ensino fundamental está universalizado. Um contingente significativo da população pobre não pode ir à escola, apesar do Estado lhe garantir uma vaga. E uma alta porcentagem das crian-

ças que estudam continua semi analfabeta (analfabeto funcional). A miséria não permite que aprendam ler e escrever correntemente.

O acesso universal e a consequente aprendizagem é um grande problema do capitalismo no Brasil. É preciso respondê-lo como a urgência exige. A burguesia e seus governos, bem como os mentores externos (Banco Mundial, etc.), consideram dever do Estado universalizar o ensino básico e, se possível, o médio. Obrigatoriedade mesmo há só no básico. A universidade não é dever do Estado. A instrução superior é considerada questão de mercado. Sob pressão da pequena-burguesia pobre, mantém-se a universidade pública como fração minoritária do sistema universitário.

Dizemos que não tem sentido a ideia de Universidade Popular, mas teria valor propagandístico popularizar a universidade com o acesso geral e com o fim do sistema privado. É claro que os defensores da Universidade Popular não estão por esse sentido. Passam ao largo do grande problema do acesso e do domínio do sistema privado. Não se referem à solução democrática do acesso pela via de um sistema único, estatal, público e gratuito. O pomposo slogan (não é bandeira) “Universidade Popular constituída pelo povo e para o povo” está carregado de subjetivismo e de demagogia reformista.

A vantagem do conceito “povo” e “popular” para os reformistas - mascarados de transformadores da realidade - está em que indefine o caráter de classe. Sabe-se apenas que a burguesia não faz parte do povo. A classe operária, a pequena-burguesia urbana (classe média) e a pequenaburguesia agrária (o camponês) – e todas com suas respectivas camadas – formam o povo. Seguindo esse conceito, a Universidade Popular não comporta a burguesia. Sendo que por comportar classes oprimidas, mas distintas, portanto com interesses também distintos e até opostos, essa tal Universidade Popular, hipoteticamente possível, seria uma mescla.

Como não se tem uma explicação clara do que é a Universidade Popular, não se sabe se é precisamente este o seu conteúdo. É bem possível que os seus proponentes dirão que se trata da disputa pela hegemonia.

O Movimento pela Universidade Popular (MUP) em suas fórmulas não economiza retórica, principalmente quando trata de explicar seus objetivos. Uma delas é esta: “Lutar dentro da ordem para ganhar espaço democrático e hegemonia popular” e assim “lutar contra a ordem”. Por essa via, se implantaria uma “universidade transformadora” e “criadora de indivíduos críticos ao capitalismo”. A Universidade Popular assim seria um “pólo de fermentação cultural e científica”. Os recursos antes “aparelhados pelas elites” passariam a servir de meio para sustentar um “projeto alternativo ao do projeto do capital”.

Os organizadores do MUP imaginam uma universidade no seio do capitalismo à margem do mercado, dos interesses capitalistas e voltada ao “povo”. Estaria, portanto, aberto um processo que “substitui a universidade velha e arcaica pela Universidade do Povo”. E como será realizada a prodigiosa substituição? Como se afastará a hegemonia das “elites” e se erguerá a hegemonia “popular”? Resposta: apresentando um projeto popular de conhecimento e ensino. É a famosa “educação popular”. A universidade passaria de sua forma de verticalidade do saber para a “horizontalidade do saber”, da fragmentação do conhecimento para a “formação plena”.

Com esse suposto “projeto popular”, estudantes, professores,

cientistas e funcionários disputariam a hegemonia no seio da instituição. Haveria um embate de projetos: o novo (projetos popular, voltado para as “classes trabalhadoras”) contra o velho (projeto das elites, voltado ao mercado). Para que servem os Seminários e os encontros do MUP? Para discutir o “projeto popular” e organizar as suas fileiras rumo às disputas em torno da hegemonia.

São partes essenciais do “projeto popular” a “autonomia didático-científica” e o “tripé ensino-pesquisa-extensão”. Conhecidos preceitos do ideário das “elites”, como esses, comparecem como santo remédio diante da ascendência do mercado sobre a universidade. As noções de “indivíduos críticos”, de “universidade transformadora”, de “formação plena”, “horizontalidade do saber”, etc. são aspirações de uma parcela da “elite” pensante de esquerda que se assombra diante da decomposição da universidade. Expressa o assombro de uma camada da pequena-burguesia diante do mercado saturado que a espera.

De repente, nas mãos dos progenitores do MUP, surrados pressupostos inócuos de uma das vertentes da pedagogia oficial (autonomia didático-científica, etc.) e fracassados objetivos de uma universidade vinculada às necessidades do Brasil (ensino-pesquisa-extensão) se tornam uma “alternativa emancipadora radical”. Não resta dúvida de que estamos diante de uma impostura.

O reformismo é uma corrente política esgotada historicamente, mas que mantém a vigência política, uma vez que o capitalismo deixou para trás reformas e uma vez que a pequena-burguesia se vê premida por sua instabilidade como classe intermediária.

Um fator particular na vida da pequena-burguesia é a formação que o capitalismo exige e que a burguesia precisa. Não por acaso, a universidade comparece como uma exigência para os filhos da classe média. Sobre essa base social, se discute incansavelmente a natureza e os objetivos da universidade, e, consequentemente, os impasses da pedagogia, da elaboração do conhecimento, etc. É bom observar que a pretensão de uma “universidade criadora de indivíduos críticos do capitalismo” é um desejo que não ultrapassa os muros da academia.

O reformismo se bate pela sobrevivência política. Extraída a retórica “populista” do MUP, encontramos o reformismo educacional sem-vida e nos deparamos com a tentativa de erguer uma fração de esquerda acadêmica no seio da burocracia universitária parasitária, autoritária e carcomida pela corrupção. A premissa do MUP de que a universidade é um campo aberto de disputa entre dois projetos encontra sua base material na decomposição do sistema educacional do capitalismo, no caso do Brasil,

do capitalismo atrasado e semicolonial. Não se deve desvincular as particularidades do ensino superior das

contradições gerais que condicionam o ensino no capitalismo. A sua raiz se encontra nas relações capitalistas de produção - na exploração do trabalho e no predomínio da propriedade monopolista dos meios de produção.

Não foi possível à burguesia na época em que era uma classe progressista (em referência ao feudalismo) constituir um sistema de ensino vinculado indissolúvelmente da produção social.

É da natureza da sociedade mercantil separar o ensino das forças intelectuais da produção (ciência, técnica, tecnologia), segundo o conceito de Marx, que são resguardadas como monopólio da burguesia. O trabalho manual foi completamente separado do conhecimento. A divisão social do trabalho foi elevada ao máximo. Não há como no capitalismo recuperar a unidade entre o tra-

balho manual e o conhecimento, entre a prática e a teoria. Todo sistema de ensino, em maior ou menor grau, está condicionado por essa base material do funcionamento do sistema capitalista de produção. Está aí por que as tentativas do passado em recompor a unidade entre prática e teoria com reformas educacionais fracassaram. Não faltaram esforços teóricos de intelectuais e experiências realizadas com reformas.

A bandeira de Universidade Popular é uma excrescência do reformismo. É completamente bizantina a premissa de uma universidade que não esteja determinada pelo mercado estando no seio da sociedade mercantil. Os conceitos de “autonomia didático-científica”, de “horizontalidade do saber”, etc. são invenções dos reformistas que servem para ocultar as contradições insolúveis da universidade no interior do capitalismo e a sua decomposição. Que servem de meio para ocuparem um espaço na estrutura da universidade e nas disputas de poder entre frações da burocracia docente.

Isso explica por que os promotores do MUP são adversários ferrenhos do programa proletário para a educação. Notem que o conceito proletário define a classe revolucionária, distintamente do conceito “popular” que a dissolve em uma mistura informe.

O proletariado transformará o sistema geral de ensino estabelecendo uma nova unidade dialética entre a prática e a teoria. Somente com a assimilação, controle e desenvolvimento coletivo das forças intelectuais da produção pelo proletariado se porá abaixo definitivamente o sistema burguês de ensino que divorciou o trabalho prático do trabalho teórico-científico. Objetivo esse que se viabilizará com a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, socialista. Está aí por que obrigatoriamente as questões estruturais da educação, e particularmente da universidade, fazem parte do programa da revolução proletária.

É preciso rechaçar o uso indevido de “popular” para indefinir as classes sociais. Sem dúvida, a universidade sob a direção da classe operária a tornará popular, condição que jamais será alcançada nos marcos do capitalismo e do domínio burguês.

Há que se dar conta das tendências de decomposição da universidade e desenvolver no seio da juventude as respostas do programa operário para a educação. Um dos seus mais visíveis sintomas é a crescente privatização. Estamos diante de um processo de concentração monopolista do sistema privado de ensino. Faz parte dele a desnacionalização.

Os promotores da “Universidade Popular” respondem a esse fenômeno? Não respondem. Mais precisamente o ocultam com a retórica de disputa de hegemonia. Referem-se vagamente à “luta contra a privatização do ensino”. No entanto, esse é o ponto de partida de qualquer luta programática, transformadora, consequente.

A tarefa democrática consiste em expropriar sem indenização os capitalistas e as igrejas que controlam o sistema privado, estatizá-lo e constituir um sistema único, público e gratuito. Dizemos tarefa democrática porque a burguesia devia solucioná-la. Não é uma tarefa socialista, mas será resolvida no processo de luta pela conquista do poder pelo proletariado e pelas transformações estruturais das bases econômicas e sociais.

O fato é que não somente o MUP levanta a bandeira de defesa do ensino público sem defender a estatização geral e estruturação do sistema único. Todos carregam a bandeira de ensino público até a soleira dos em presários da educação e da política governamen-

tal de apoio à iniciativa privada. Pode-se dizer, hoje, até a soleira da Bolsa de Valores. Apregoam uma “Universidade Popular” ao lado do sistema hegemônico privado, do ProUni, do Fies, do Enem, do ensino a distância, etc.

Não desconhecemos que o movimento estudantil se encontra enfiado em uma camisa de força, confeccionada pela política governista da UNE e pelos desvios dos centristas, política pequeno-burguesa que se opõe ao oficialismo. A política do proletariado não está presente - a não ser embrionariamente - no interior da juventude, o que dificulta potencializar o programa revolucionário para a educação. Mas a decomposição crescente da universidade e os obstáculos que o capitalismo em crise interpõe ao progresso social da pequena burguesia têm gestado a resistência estudantil.

Na USP, duas de suas assembleias rechaçaram a farsa das eleições para reitor, cerraram o punho contra a burocracia venal e aprovaram a luta por um governo tripartite da universidade, asentado e controlado pela assembleia universitária. Os centristas e reformistas que controlam o DCE fizeram de tudo para que essa decisão fosse soterrada e, se possível, apagada como experiência da luta estudantil pela autonomia universitária. De nossa parte, temos lutado firmemente para que seja incorporada pela maioria estudantil na USP e para que seja generalizada por toda a universidade. A política proletária para a universidade implica a luta pela hegemonia das forças transformadoras. A maioria estudantil deverá expressar essa hegemonia social por meio do programa e da política proletários para a educação. Uma das condições para esse avanço é a constituição da assembleia universitária como poder soberano de decisão sobre grandes questões. Ao reunir os três setores e impor o método da ação direta em detrimento da ação da burocracia universitária e do governo, constitui-se a hegemonia da maioria sob uma direção revolucionária. Somente por essa via, a política do proletariado estará presente nas universidades e se tornará força social transformadora.

O fundamento da hegemonia da maioria estudantil em aliança com setores de professores e funcionários progressistas resulta concretamente no controle coletivo da universidade, independência perante o Estado e emancipação perante a burocracia autoritária. As características democráticas serão levadas às últimas consequências: eleição de um governo tripartite pelo voto universal, com maioria proporcional estudantil, eleição de todos os postos administrativos e políticos, revogabilidade do mandato e soberania da assembleia universitária.

Não se trata de tomar a democracia universitária como um fim em si mesmo, mas como um meio para desenvolver a política revolucionária do proletariado entre estudantes, professores e funcionários. O objetivo estratégico é o de arrancar a educação do controle da burguesia e colocá-la a serviço da construção da sociedade socialista. Somente assim um novo sistema educacional nascerá das novas relações de produção e de distribuição. A interdependência da prática com a teoria tornar-se-á um imperativo para o desenvolvimento das forças produtivas e da produção social, para a assimilação coletiva das forças intelectuais da produção e para a elevação cultural de conjunto da população.

Essa posição programática, evidentemente, se traduz em tarefas, reivindicações e método de luta. Estão aí as razões pelas quais o Partido Operário Revolucionário e a Corrente Proletária da Educação criticam e rejeitam severamente a retórica reformista das correntes que abraçam o fantasma da “Universidade Popular”.

Balanço do Encontro Nacional de Educação (ENE)

Entre os dias 8 e 10 de agosto, no Rio de Janeiro, ocorreu o Encontro Nacional de Educação (ENE), organizado pelo Andes/SN, CSP-Conlutas, Sinasefe, Anel, e outras entidades. O Encontro contou com a participação de mais de duas mil pessoas de vários estados.

O ENE ocorreu na situação de aprofundamento da crise mundial do capitalismo e de avanço da mercantilização e privatização da educação. O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em junho de 2014, de caráter privatista, é um instrumento de proteção aos interesses dos capitalistas do ensino. Para os organizadores, o objetivo do encontro era o de “construir uma alternativa ao PNE do governo”. Portanto, se colocava no terreno meramente institucional. Essa é uma das explicações do por que o Encontro não refletiu uma posição de combate ao PNE. Assim, o encontro foi dispersivo, burocrático e eleitoreiro. Não armou os trabalhadores e a juventude com um plano de luta.

O burocratismo tomou conta do encontro. O que impossibilitou a defesa de teses, a discussão política e a votação de posições. Iniciou no sábado (09/08) com uma mesa formada por acadêmicos, com falas abstratas e sem nenhum vínculo com a luta dos trabalhadores da educação, tomando todo o turno da manhã e sem abrir para intervenções nem para apresentação das teses encaminhadas pelas organizações e coletivos. Os grupos de trabalho (GTs) lotados com um tempo ínfimo para o debate e uma plenária final sem deliberações, baseada na leitura das propostas dos GTs, por mais antagônicas que fossem. Foi adotado o tal do “consenso progressivo”, impedindo que as divergências fossem apresentadas e votadas. O critério de consenso é autoritário. As forças de cúpula organizadoras do Encontro tinham de antemão um acordo pré-estabelecido. O “consenso progressivo” é uma invenção da política reformista e centrista, representadas pelo PSOL e PSTU, enfiadas na campanha eleitoral.

A esquerda eleitoreira (PSOL, PSTU, PCR e PCB) aproveitou o Encontro para propagandear seus candidatos, seja pela participação nas mesas de abertura, como “provocadores” nos GTs ou entregando seus materiais de campanha. Na verdade, o que se observou foi que esses partidos estavam lá apenas para arregimentar votos, descartando a luta contra o PNE e a defesa da educação pública. Não duvidamos nada que o PSTU, PSOL e outros dirão em suas propagandas eleitorais na TV que conseguiram reunir mais de 2000 pessoas de todo o Brasil que se opunham ao PNE do governo.

Houve um desperdício de energia da juventude e dos trabalhadores, que foram arregimentados pelos centristas e reformistas a abaixar a cabeça diante dos métodos antidemocráticos impostos ao Encontro. De forma que a oposição minoritária, que apresentou teses e propostas de luta, não pôde reverter o controle burocrático e eleitoreiro do Encontro. Aglutinar duas mil pessoas sob uma direção reformista e centrista é desperdiçar toda a disposição de luta dos que defendem a educação pública e gratuita, sob o controle dos que estudam e trabalham.

A intervenção do POR

O POR participou dos encontros preparatórios defendendo um programa proletário para a educação. Elaborou suas

teses reforçando a necessidade de rechaçar integralmente o PNE, pelo seu caráter privatista e por consolidar a coexistência do ensino público com o privado e a necessidade de aprovar uma campanha pela estatização sem indenização do sistema privado de ensino e constituição de um único sistema público, gratuito, vinculado à produção social e controlado por aqueles que estudam e trabalham.

Os delegados do POR aproveitaram ao máximo para expor as teses sobre a educação, especialmente nos GTs e para divulgar seus materiais. O burocratismo do Encontro, porém, impediu a defesa de suas teses ao plenário, que inevitavelmente se chocariam com a política reformista do PSOL e centrista do PSTU.

Resistência ao burocratismo

Não foi apenas o POR que criticou o burocratismo do ENE. Outros agrupamentos também o fizeram. A convergência da crítica ao burocratismo do PSTU, PSOL e da burocracia do Andes por alguns agrupamentos (MRS, Espaço Socialista, RECC, entre outros) permitiu a realização de uma plenária, que resultou numa carta.

O conteúdo da carta apontou que o ENE não teve por objetivo impulsionar as lutas que ocorrem por todo país. Pelo contrário, seus organizadores (Andes, PSTU, PSOL, PCB e PCR) estruturaram um Encontro eleitoreiro, burocrático e dispersivo, o que contribuiu para armar a militância. O documento ressaltou ainda os seguintes pontos: a bandeira dos 10% do PIB para a educação vem servindo para desviar a luta de seu eixo central, que é a expropriação do sistema privado de ensino, sem indenização, sob controle dos que estudam e trabalham; luta contra as demissões e pela efetivação dos terceirizados, sem concurso público; fortalecer política e organizativamente a luta contra a repressão, unindo os comitês estaduais, criando uma rede de solidariedade aos presos, processados e demitidos políticos; organizar os trabalhadores e a juventude pela base para derrubar as burocracias sindicais e estudantis.

Essa declaração conjunta foi positiva, pois expressou importantes elementos da política proletária para educação. Já o ato no plenário, que foi pensado coletivamente pelas correntes, nos parece que não foi corretamente realizado. Foi acordado que as correntes que se colocam contra o caráter burocrático e eleitoreiro do Encontro iriam, de forma unitária, intervir na plenária final, através de palavras-de-ordem denunciando a ineficácia de um Encontro não deliberativo e reivindicar o direito a um pronunciamento. Entretanto, durante a intervenção, as demais correntes desistiram da tentativa de falar e sucumbiram diante das vaia puxadas pelo PSTU, PSOL PCR e cia. Quando nos demos conta, estava somente o POR debatendo com os burocratas que tentavam conter nossa ação. Os outros grupos recuaram. Neste sentido, não podemos afirmar que houve uma ação frentista das correntes contra o burocratismo até o fim, pois as demais correntes foram inconsequentes.

Não é a primeira vez que enfrentamos os Encontros preparados pelo PSTU e PSOL de forma a transformar o plenário em massa passiva. É comum ouvir do PSTU declarações sobre a democracia dos trabalhadores. Mas em suas mãos esta não passa de um brinquedo. A luta pela democracia operária é parte do combate geral contra as burocracias de direita e de esquerda.

Um Congresso burocrático e eleitoreiro

O XXI Congresso da AFUSE ocorreu entre os dias 13 e 16 de agosto. A burocracia novamente utilizou a colônia de férias em Peruíbe. Participaram 450 delegados, escolhidos pelos critérios autoritários da direção do sindicato, entre eles o sorteio. Este processo de participação se deu em um período de dois anos, eliminando, assim, a juventude que ingressou no último período e que tem motivado as discussões nas escolas e nas reuniões regionais.

Ao invés do Congresso ser preparado a partir das escolas e dos encontros regionais para discussão e votação de teses e eleição de delegados (com base na proporcionalidade), a burocracia impõe regras antidemocráticas. Os Encontros regionais se limitam às discussões conjunturais e não têm caráter deliberativo. Vale para os burocratas a presença nos dois dias de palestras indicadas por eles.

Como se vê, um Congresso dessa natureza não serve para armar a luta dos funcionários de escola. Não por acaso, na abertura contou com o burocrata da CNTE, Roberto Leão, e outros defensores da conciliação de classe. Coube ao presidente da Afuse os elogios ao governo Dilma. Tratava-se, portanto, de um congresso eleitoreiro de arregimentação de uma parcela de funcionários para votar no PT nas eleições de outubro.

A Corrente Proletária participou do Congresso por meio de um manifesto e da defesa das reivindicações fundamentais: salário mínimo vital, reajuste automático, fim da terceirização e efetivação de todos os trabalhadores, combate às medidas de precarização do trabalho e direito de greve e manifestações. Denunciou o burocratismo do Congresso e o eleitoralismo.

Como deveria ser o Congresso?

Um Congresso para preparar a classe deveria iniciar com a divulgação das teses e resoluções. As escolas teriam acesso a esses documentos e escolheriam seus delegados. Os Encontros regionais serviriam para ampliar as discussões, mas não poderia interferir na escolha de delegados, feita nas escolas.

O Congresso teria de ser realizado na capital, portanto oposto ao Congresso de recreação na Colônia de Férias. Não necessitaria de uma semana. Estaria concentrado nas reuniões de grupos e plenárias deliberativas. Os delegados saíram do Congresso com um plano de lutas para organizar a classe e enfrentar a política de privatização, terceirização e de arrocho salarial do governo. Deveria ser anual para potencializar a luta e politizar a vanguarda que desponta no movimento.

Mas isso não acontece. O Congresso é composto por mesas temáticas, cabendo aos delegados unicamente perguntas aos debatedores. Um delegado para apresentar uma resolução está obrigado a coletar no mínimo 45 assinaturas (10% do plenário) para cada uma de suas resoluções. O que impede o livre debate e votação de resoluções.

Burocratas e candidatos às eleições discursaram na “Mesa de Conjuntura Nacional”

O vendido Vicentinho, deputado Federal/PT e o burocrata Claudinei (vice-presidente da Afuse) e também candidato a deputado estadual pelo PT comandaram o circo eleitoral. Vicentinho encheu a boca para exaltar o governo. Disse que o governo Dilma acabou com a fome, ampliou a bolsa família, criou o Pronatec, “Minha Casa, minha vida” e terminou defendendo os poucos gastos com a Copa do Mundo.

Diferentemente de congressos passados, onde os delegados compareciam como cordeiros do PT (vaia os oposicionistas que criticavam a reformas da previdência do governo Lula), o plenário agora estava desconfiado. Precisou de muito esforço de Vicentinho e Clau-

dinei para arrancar alguns aplausos. O clima era de descontentamento e descrença eleitoral.

Burocracia deu a tribuna do Congresso ao representante do governo Alckmin

Na mesa de educação, a diretoria do sindicato trouxe o ex-secretário adjunto da Secretaria da Educação do governo do PSDB, José Cardoso Palma. Compareceu para defender a política educacional do governo Alckmin. O agente do PSDB no congresso foi um dos responsáveis pela precarização e terceirização dos funcionários de escola. Basta que se lembre da sua participação na gestão e na legalização da 1144/2014, juntamente com o Secretário da Educação, Hermann.

A Corrente Proletária interveio contra a presença do governo no Congresso. Mas a burocracia se posicionou defendendo o representante do PSDB e procurou ganhar o plenário com o argumento de que “somos educadores e é um privilégio ter ele aqui”. Uma parcela de delegados se absteve da votação que propunha a saída de Palma. Depois da votação, Palma agradeceu o burocrata e criticou o militante da Corrente Proletária de desconhecer suas posições. A permanência de Palma para a burocracia pode facilitar o pedido da Afuse a uma vaga no Conselho Estadual de Educação.

Mudanças estatutárias que preservam o poder da burocracia

A burocracia precisou alterar o ponto estatutário sobre as eleições sindicais. Pelo estatuto, para se candidatar eram necessários dois mandatos de conselheiro estadual. O que começou a dificultar a composição de chapa por parte dos burocratas. Assim, propuseram modificar para três anos. Dizem que era preciso diminuir o tempo para ter o direito de se candidatar, mas que era preciso manter o critério da experiência para compor uma chapa. A mudança nada tem de democrática. Os obstáculos para a constituição de chapa oposicionistas permanecem.

A Corrente Proletária criticou a manobra da burocracia e defendeu as eleições democráticas para a Afuse. Há um sentimento dos funcionários de mudança da direção do sindicato, mas esse sentimento ainda não pôde ser materializado na constituição de uma oposição classista. Existe um sentimento de mudar a diretoria no sindicato, mas não basta o sentimento a classe. É preciso se organizar como oposição, enfrentar a barreira do burocratismo, das perseguições e se desprender das políticas eleitoreiras de correntes que acabam se juntando com a diretoria petista por entender que é um caminho mais fácil. Está aí o exemplo do PCdoB e o PSOL que estão na diretoria da subseção de Mauá junto com a burocracia da Articulação.

Mais uma manobra

A burocracia, que quase nunca convoca assembleia para aprovar a campanha salarial e a luta pelas reivindicações exigidas pelos funcionários, aproveitou o final do Congresso para realizar uma assembleia de fachada. Apresentou dois pontos: balanço financeiro do sindicato e o indicativo de assembleia para agosto. Sobre as contas do sindicato, mostrou que tudo estava em ordem. E em relação à assembleia apresentou uma consulta feita de forma individual às regionais. É claro que o resultado era o de não convocar nenhuma assembleia.

A Corrente Proletária denunciou a manobra da diretoria do sindicato, mas não teve força para mudar o curso do Congresso e dessa suposta assembleia em seu final. Mas saiu fortalecida na sua tarefa de construir uma oposição classista para derrotar a burocracia e colocar a Afuse a serviço dos funcionários de escola.

Apeoesp: Duas posições estiveram em choque no CR e na Assembleia

No dia 15 de agosto, ocorreram a reunião do CER (Conselho Estadual de Representantes) e a assembleia estadual da Apeoesp. No CER, foram pontos de discussão: o genocídio palestino realizado por Israel, o plebiscito popular para a convocação de uma Constituinte exclusiva, que se encarregaria de uma reforma política, a crise hídrica em São Paulo e a retomada da campanha salarial, que incluía a rejeição à minuta de Alckmin de alteração do estatuto do magistério.

Sobre a questão palestina, a única corrente a se pronunciar no CER foi a Corrente Proletária na Educação/ POR que denunciou o genocídio e defendeu o armamento do povo palestino. Colocou-se pela luta anti-imperialista.

Em relação ao plebiscito popular, coube ao agrupamento O Trabalho a tarefa de propagandear e inflar os petistas da importância do evento. O POR denunciou o eleitoralismo do plebiscito e se posicionou pelo boicote. A burocracia sem argumentos políticos respondeu que o POR ignora a luta democrática e que o boicote expressava o ultra esquerdismo. Na verdade, trata-se de uma acusação falsa. Todo marxista luta por reformas, não há dúvidas. Mas não faz dessa luta seu objetivo. Reformar o Estado burguês, como se fosse possível democratizá-lo, não é uma formulação marxista. Pelo contrário, a história da luta de classes internacional está repleta de demonstrações das traições resultantes dessa perspectiva. Sabe-se que, por trás desse discurso da burocracia petista está a ideia de que o PT não se confunde com a podridão das oligarquias e da burguesia nacional e imperialista. Querem fazer acreditar que é possível desvencilhar o partido da lama em que está metido. A intenção é pedir votos em Dilma, alimentando a ilusão de que é possível “aprofundar a democracia” por meio de um novo mandato petista.

Ato em solidariedade ao MTST reuniu mais de 10 mil

No dia 20 de agosto, o MTST reuniu mais de 10 mil em ato. Na concentração, houve falas de integrantes dos movimentos sociais e de candidatos às eleições desse ano. O ato foi convocado para defender o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto dos ataques da justiça e da mídia que vêm levantando uma acirrada campanha contra o movimento por moradia. A marcha caminhou do vão livre do MASP até o Ministério Público Estadual, autor de denúncias contra o MTST.

Este ato ocorreu após quase um mês desde a última manifestação que foi cercada pela polícia. Por essa razão e pela calúnia de “fura fila” do programa Minha Casa Minha Vida, a coordenação do MTST decidiu por cessar temporariamente com os atos de rua. Essa decisão freou o avanço do movimento, que vinha se organizando com pelo menos um ato por semana desde março desse ano. O movimento chegou a ocupar a entrada da prefeitura municipal pressionando para que fosse aprovado o Plano Diretor, que destinaria alguns terrenos para fins sociais. O movimento chegou a reunir 25 mil trabalhadores às vésperas da abertura da Copa, que em ato caminharam até o estádio do Itaquera, reivindicando a desapropriação do terreno do acampamento Copa do Povo.

A pressão das massas nas ruas fez com que o Plano Diretor fosse aprovado, que se anunciasse a desapropriação do terreno Copa do Povo e a desmobilização de um mês retirou as conquistas. A direção do MTST se viu então obrigada a reconvocar os atos por moradia e também a sair às ruas em defesa do próprio movimento, duramente criminalizado.

A luta por moradia é justa. Há milhões que perecem anos a fio à mercê da especulação imobiliária e em condições precárias de habitação. A grande maioria jamais terá sua casa, esperará uma vida inteira na fila dos programas governamentais sem adquirir seu direito. Contra a reivindicação de moradia da população, há os interesses do capital financeiro e das gigantes empreiteiras, sendo muitas delas inclusive, proprietárias dos terrenos ocupados pelo movimento, como é o caso da Copa do Povo.

A questão da chamada crise hídrica em São Paulo foi e será amplamente usada de um ponto de vista exclusivamente eleitoral. A intenção é o desgaste do PSDB para impulsionar a campanha de Padihlha / PT. Os revolucionários denunciam a falsa campanha dos petistas e reafirmam que se trata de uma reivindicação imediata, que tem de ser empunhada pelos explorados coletivamente, com o método da ação direta. Cabe um destaque à declaração do PCO na reunião do CER, que mencionou o problema da falta d'água, mas centrou sua fala na pesquisa eleitoral do Datafolha, que colocava o PSDB às alturas. Assim, usou a tribuna para chamar a “toda esquerda” para uma campanha de desgaste ao PSDB. Nenhuma palavra sobre organizar os oprimidos desde os bairros e impulsionar uma verdadeira mobilização contra o descaso do governo.

No ponto sobre a campanha salarial, prevaleceu a posição de passividade. Com exceção do POR que defendeu a greve. Foi deliberado no CER um calendário que praticamente inviabiliza o enfrentamento ao governo, com a participação numa marcha no dia 25 de setembro e assembleia em outubro. Na assembleia, foi ratificado o dia 25 do próximo mês, com assembleia, de acordo com proposta apresentada pelo PSOL.

A greve imediata foi defendida pela Corrente Proletária na Educação (o PCO que ficou calado no CR, no momento da assembleia discursou em favor da greve). Venceu a proposta do PSOL, que foi rapidamente endossada pela burocracia. Havia concordância entre o PT, PSOL e PSTU de rejeitar a greve e apostar na campanha eleitoral.

Como se vê, a campanha salarial foi menosprezada em nome da campanha eleitoral. Quem ganhou com essa conduta foi o governo, que está de mãos livres para impor as mudanças estatutárias e manter o miserável salário.

A força do capital pressiona para que seus governos não cedam em favor do movimento. A crise capitalista, que se avoluma no país, força a burguesia a aumentar a exploração e os governos a não cederem nem mesmo migalhas aos movimentos. A desapropriação de um dos terrenos ocupados pelo movimento e a construção das casas populares seria uma vitória, atenderia a algumas centenas de famílias, a maioria continua sem sua casa, e nem mesmo isso os governos/burguesia podem conceder.

Reprimir e criminalizar o MTST é a via que os exploradores adotam para conter e inibir a luta de classe. A burguesia busca derrotar o movimento por moradia, quer retirá-los das ruas e aquietá-los em condições miseráveis. Assim tem feito com todos os movimentos que se levantaram pelas suas reivindicações (metroviários, rodoviários, funcionários da USP).

A direção do MTST não deve mais se contentar com o pouco prometido, nem arrefecer a luta, deve manter o movimento nas ruas e levantar a bandeira da expropriação, sem indenização, dos terrenos e das casas das empreiteiras e dos bancos. Essa é a bandeira que garantirá moradia a todos e permitirá que se massifique o movimento para enfrentar os governos e a burguesia repressiva.

O movimento popular pela moradia deve recorrer ao movimento operário. É preciso travar um combate ao isolamento das lutas e chamar a classe operária a assumir a frente dos combates. O que exige enfrentar a política da burocracia sindical e do PT. A solução do problema da habitação para os explorados não se dará nos marcos do capitalismo. Os movimentos por mais que expressem reivindicações parciais de uma camada da população oprimida deve levantar o programa de reivindicações gerais que unem a todos e desenvolver a estratégia da revolução proletária. O Partido Operário Revolucionário se põe completamente ao lado de MTST sempre que mobilizar os explorados e sempre que estiver em luta contra as forças do Estado burguês.

Nesta edição:

- Tribunal Popular para julgar os Crimes de Israel
- Bolívia/1971: Golpe Fascista de Banzer
- Ebola: Mortalidade Reflete a barbárie capitalista
- Levante negro nos Estados Unidos
- Viva a luta de Trotsky pela libertação da humanidade de toda forma de opressão do homem pelo homem

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Tribunal Popular para julgar os Crimes de Israel

A frente em defesa do povo palestino organizou em 16 de agosto uma encenação de um Tribunal Popular para julgar os crimes de Israel. O evento se deu no sindicato dos metroviários e contou com a participação de aproximadamente 70 pessoas. O cenário foi preenchido por um tribunal aos moldes convencionais com Juiz, promotora (Soraya Misleh) e um júri, onde estavam presentes representantes dos movimentos sociais como o padre Lancelotti e Júlio Turra. Houve também o depoimento de testemunhas, dentre elas, palestinos residentes no Brasil, a Anel, oposição de esquerda da UNE, Comitê Contra o Genocídio da População Negra e Pobre, MTST, sindicato dos metroviários e o Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão.

Não há dúvidas de que há um crime sendo cometido pelo Estado Sionista contra o povo palestino. O propósito do teatro foi simular o julgamento desse crime e a condenação de Israel. Procurou-se expor a violação, seja no elevado número de mortos, em pouco mais de um mês são mais de 2 mil palestinos mortos e 60 israelenses, seja nas inúmeras medidas proibitórias aos árabes, seja nos tristes relatos de crianças assassinadas pelos bombardeios ou de milhares de palestinos que não conseguem retornar as suas casas. Expôs-se a violação a todo um povo, mas encobriu-se sua verdadeira natureza que é a opressão nacional tutelada pelo imperialismo.

Procurou-se mostrar que há vínculos dos governos paulistas, cariocas e o federal com o Estado de Israel, mais precisamente, com as indústrias bélicas sionistas. Aparelhagens israelenses como óculos de biometria facial e aparelhos de raio-x para a PM de São Paulo, os novos caveirões cariocas, drones, treinamento com o exército de Israel provam que o vínculo existe. Estima-se que os últimos investimentos paulistas e cariocas superam R\$16 milhões. Diante da prova, o tribunal buscou julgar os governos brasileiros por manter relações comerciais militares com Israel, com isso, contribuindo financeiramente com o massacre palestino.

Por fim, o júri condenou o Estado de Israel e também os governos brasileiros. Destaca-se o posicionamento de dois dos Jurados, o do padre Lancelotti que não se posicionou claramente pela condenação de Israel, tentando se desvencilhar chamando a atenção à repressão aos movimentos de maneira geral, e do Júlio Turra do Trabalho/PT que não condenou o governo de Dilma. As palavras de Turra foram “se tivéssemos que condenar os governos de diferentes países, não sobraria ninguém”,

e com isso se absteve de se posicionar quanto à convivência de Dilma frente ao massacre.

O Boicote, Sanções e Desinvestimentos (BDS) foi a punição proposta pelo evento. É a bandeira central da frente, apoiada pelas correntes PSTU, PSol, LSR, PCR, Esquerda Marxista e PT que não levantam o armamento da massas como uma resposta estratégica à opressão imperialista.

A encenação serviu ao denunciismo apoiado por uma política rasa, sem conteúdo de classe, limitando o problema a uma questão étnico racial. As correntes se esconderam atrás dos boicotes e sanções à Israel, por que se recusam a defender que o Estado Sionista avança militarmente sobre a Faixa de Gaza a mando dos interesses imperialistas de ter o controle das fontes e petróleo a região. Se assim o fizessem, se viriam obrigados a defender o armamento das massas palestinas, orientá-las a mirar contra o imperialismo. Esse é o caminho para defender efetivamente a autodeterminação o povo palestino.

Intervenção do Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão

O Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão interveio se colocando como uma organização que tem por objetivo constituir uma frente única para combater de maneira unitária a repressão do Estado policial, por entender que o Comitê deve expressar uma direção centralizada, classista e que tenha como princípio a defesa da emancipação da classe operária e demais oprimidos.

Reinterou os vínculos comerciais militares que o governo do estado de São Paulo e da federação mantêm com o Estado de Israel, colocando o Brasil no rol dos parceiros do sionismo que utiliza da sua experiência no combate aos palestinos e de sua poderosa indústria bélica para instrumentalizar as polícias de várias partes do mundo.

Apresentou o problema como uma opressão nacional promovida pelo Imperialismo e que o Estado brasileiro contribui com as forças reacionárias de Israel que quer desarmar o Hamas, e não permitir a resistência dos palestinos à altura. Por fim, foi colocado que por trás do gatilho que massacra do povo palestino estão os mesmos dedos que reprimem no estado de São Paulo e no Brasil e que a via de combate é a unidade organizada de todos os movimentos sociais.

21 de agosto de 1971

Golpe Fascista de Banzer

Morrem os poristas J. Carlos Thompson, Alberto Pérez, Julio Toranzo e Julio Troncoso

O golpe de Estado fascista encabeçado pelo então Coronel Hugo Banzer foi dirigido contra a Assembleia Popular.

A Assembleia Popular foi o resultado do processo de superação do nacionalismo de conteúdo burguês que havia desnaturalizado o conteúdo proletário revolucionário da Revolução de Abril de 1952, sob as bandeiras das Teses de Pulacayo.

Os trabalhadores, particularmente o proletariado mineiro, depois de sair das trevas da ditadura de Barrientos Ortuño (governo fascista que emergiu do próprio seio do nacionalismo, quando os governos civis emenerristas já não podiam conter o descontentamento popular), retomaram a perspectiva de luta das Teses de Pulacayo: o socialismo, o governo operário-camponês. As massas radicalizadas passaram à margem do débil e tímido governo do general Torres, que apenas oferecia nada mais que um prato requentado de um túbio nacionalismo.

“A “Operação Condor”, ultrarreacionária, inconfundivelmente fascista, confessou pela boca de sua criatura, o general Banzer, que sua finalidade central era eliminar do planeta a Assembleia Popular. A ditadura se colocou a fundo para materializar seus planos reacionários”. (Guillermo Lora, Lições da FRA, março de 2008).

“A linha trotskista, particularmente encarnada pelos mineiros, preparava com entusiasmo a mobilização das massas para a revolução proletária. (...) Dentro do país, tinha-se a certeza de que, se os restos de opositores saíssem às ruas depois da Assembleia Popular ter sido esmagada, seriam no ato derrotados (...) não se tinha informação da existência e movimentos da “Operação Condor” planejada e dirigida em nível continental pelo imperialismo”. (G.Lora, Chegamos até as portas do Poder, fevereiro, 2008).

A vanguarda marxista tinha plena consciência do fato de que a direita pró-imperialista conspirava diuturnamente. A Assembleia Popular, constituída pela ação dos explorados como um órgão de poder das massas (soviète), fatalmente gerava a reação direitista, a reação não podia abandonar o cenário político sem travar uma batalha. Tratava-se, então, de uma corrida contra o tempo entre os polos opostos para anular o inimigo e esmagá-lo.

Quando o golpe de Banzer, iniciado em Santa Cruz, avançou para La Paz aderindo a ela em seu caminho os regimen-

tos supostamente leais ao Presidente Torres, a resistência dos combatentes teve de se dobrar. Debaixo do braço, Banzer trazia sua mensagem de sangue e repressão contra os explorados e às organizações revolucionárias: “Safrá Vermelha”.

O ascenso das massas não havia conseguido chegar ao seu ponto culminante insurrecional capaz de fraturar o exército e incorporar outros setores vitais como a massa camponesa que apenas começava a se integrar.

Nessa jornada de 21 de agosto de 1971, os camaradas J.Carlos Thompson, Alberto Pérez, Julio Toranzo e Julio Troncoso morreram sob a metralhadora assassina do fascismo. Outros tantos ficaram feridos.

A ditadura que sobreveio e as brutais repressões que se seguiram, dispersaram e imobilizaram o movimento revolucionário por vários anos.

O triunfo fascista teve como consequência o retorno do estalinismo (PCB, PC-ML) para a sua tradicional política reacionária de subordinação às correntes democráticas burguesas (na etapa de ascenso revolucionário, pressionados por sua base mineira, tinha atuado junto com o trotskismo na Assembleia Popular) e a quebra definitiva da “esquerda” pequeno-burguesa radical e filo-foquista (MIR), que enchia a boca com a luta armada e os olhos com a figura de Che, mas que rechaçava a estratégia proletária do socialismo com lemas como “se faz o caminho ao andar”, “o programa nasce da ação”, “rechaçamos todo dogmatismo, somos o poder da unidade”; sua peregrinação acabou levando-os aos braços de seu próprio verdugo Banzer.

A incapacidade e fracasso dos governos “democráticos” burgueses, que seguiram e continuam seguindo as ordens do imperialismo no que tange à democracia, os levaram a atacar o movimento operário e as massas exploradas, a leiloar o país em benefício das multinacionais. O que na atualidade inclui o impostor Evo Morales que se diz ser um governo indígena-camponês, mas que protege os interesses da burguesia e das multinacionais, que continuam espoliando o país. Estamos obrigados a retomar o elo rompido em agosto de 1971: a revolução socialista.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2.368, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia).

Golpe de Banzer foi contra a Assembleia Popular, que se erguia como organismo de duplo poder e se encaminhava à Revolução Proletária



África: crise sanitária devido a epidemia do vírus Ebola

Mortalidade Reflete a barbárie capitalista

A África está submersa em uma crise sanitária sem precedentes em sua história recente. Um surto do vírus Ebola matou um setor da população urbana e rural na Guiné, Libéria, Nigéria e Serra Leoa e na África Ocidental. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a epidemia “continua a se espalhar”, porque milhares de pessoas infectadas não vão aos centros de tratamento; ou emigraram procurando escapar desesperadamente do contágio.

O Ebola tem uma taxa de mortalidade superior a 70%. É transmitido pelo contato com fluídos corporais de pessoas infectadas. As condições de vida miseráveis da população africana, a falta de saneamento básico e prevenção (esgoto, água, hospitais, etc.), os rituais tribais e os costumes são fatores que alimentam a epidemia. 1.400 pessoas morreram. Os infectados somam mais de 2.000 e somente 52 pessoas contaminadas sobreviveram até agora.

Um milhão de pessoas está sob quarentena e praticamente sitiada em suas cidades. Na Libéria, a quarentena abrange todo o território nacional. O governo declarou estado de sítio. Companhias aéreas (Air France, British Airways, Asky, Arik, etc.) suspenderam seus voos para Monróvia, a capital. Tropas nigerianas sitiam bairros da capital. As fronteiras entre os países foram fechadas para evitar a propagação da epidemia. Na Costa do Marfim, o comércio com países infectados foi interrompido. Prevê-se uma crise alimentar e vários produtos básicos escasseiam.

Embora tenha começado a fornecer nos últimos dias algumas doses de um soro experimental fabricado nos EUA (ZMapp), não há certeza de que, caso funcione, os fabricantes consigam produzi-lo o suficiente. Certamente milhares morrerão e centenas terão graves sequelas. O Ebola foi detectado pela primeira vez nos anos 70. A primeira epidemia ocorreu na década de 1980. Logo não faltou tempo para se desenvolverem vacinas que pudessem responder a um novo surto.

A epidemia se espalha em meio ao baixo nível de vida e ao arcaico sistema de relações tribais. No entanto, é falso que os rituais de lavagem do corpo dos mortos e desprezo por métodos modernos da medicina ocidental sejam os responsáveis da alta mortalidade. Esta explicação ideológica racial esconde as raízes econômicas e sociais do problema.

Com o desenvolvimento do capitalismo na sua fase imperialista, a desigualdade econômica e a combinação das formas pré-capitalistas com as capitalistas se aprofundaram. Foi do exclusivo interesse das potências que o atraso e primitivismo se mantivessem ali onde serviam ao saque do continente africano por um punhado de monopólios.

O problema está em que é impossível, sob o sistema capitalista, pôr os extraordinários recursos humanos, tecnológicos e científicos, que resultaram do trabalho social de várias gerações, a serviço da maioria oprimida. São mercadorias porta-

doras de valor que o capital dispõe para obter lucro, não para elevar a vida material das massas. A miséria da população africana não possibilita constituir um lucrativo mercado para a comercialização de remédios. É claro que, se os governos africanos semicoloniais se vissem forçados a comprar grandes quantidades de medicamentos ou vacinas, os monopólios que dominam a produção e o comércio de produtos farmacêuticos acelerariam as investigações científicas e as vacinas estariam disponíveis em pouco tempo. No entanto, o imperialismo se contenta com poses demagógicas e aplicação de recursos claramente insuficientes, manobrando a opinião pública e os governos africanos.

A África é para o imperialismo um enorme reservatório de força de trabalho, mas que não tem sido incorporada à produção social ou se mantém subutilizada. Isso explica, em parte, por que os monopólios não estão dispostos a preservar essa força de trabalho, praticamente inutilizada, investindo milhões para a erradicação das epidemias. Portanto, a destruição de um enorme contingente de força de trabalho indica o grau de barbárie a que chegou o capitalismo em decomposição.

O escasso desenvolvimento das forças produtivas internas, o atraso econômico e social e a pilhagem de seus recursos naturais subordinam milhões de africanos ao domínio imperialista. É necessário considerar a crise de direção revolucionária que obstaculiza a libertação das nações oprimidas e a resolução das tarefas democráticas que abarcam

todo o continente. Não há dúvida de que a destruição da Terceira Internacional como uma direção revolucionária mundial do proletariado pelo estalinismo contrarrevolucionário impediu e impede que as massas africanas possam se elevar por cima do primitivismo religioso e tribal, sob as bandeiras anti-imperialistas e anti-capitalistas.

Lembremos que os movimentos nacionalistas de libertação nacional concluíram de joelhos diante das potências, principalmente dos Estados Unidos. A população oprimida sustenta sobre seus ombros uma casta burguesa parasitária que serve de correia de transmissão aos interesses do imperialismo. Epidemias como o Ebola são típicas de países em que imperam relações de produção pré-capitalistas e ampla miséria da população. As tarefas democráticas da revolução agrária, da elevação cultural e da industrialização necessárias para a erradicação de males que atingem coletivamente os africanos não serão resolvidas pela casta burguesa subserviente ao imperialismo. As forças sociais mais avançadas estão obrigadas a constituir o programa da revolução proletária. Estão obrigadas a assumir a luta continental de expulsão do imperialismo e estancamento da sangria das riquezas africanas. Nas condições atuais de desintegração do capitalismo mundial e das experiências revolucionárias acumuladas, a bandeira de Estados Unidos Socialistas da África responde à perspectiva histórica de livre desenvolvimento econômico e social do continente.



Ebola: retrato da miséria imposta pelo capitalismo

Levante negro nos Estados Unidos

Depois das manifestações de rua e violenta repressão policial, as autoridades de Ferguson revelaram o nome do policial que fulminou o negro Michael Brown. A população norte-americana pôde saber que Darren Wilson foi o autor dos disparos contra o jovem de 18 anos, que se encontrava desarmado e rendido.

A revolta popular em Ferguson foi mais longe com suas repercussões. Expôs mais uma vez a face racista da burguesia branca norte-americana e de suas instituições. As massas negras continuam a protagonizar embates contra a discriminação racial no mais rico, no mais poderoso país capitalista e na “maior democracia do mundo”. Os trabalhadores negros e imigrantes são os mais espoliados e sacrificados.

Nada melhor do que os Estados Unidos para evidenciar que o racismo expressa a opressão de classe e nacional. Ou seja, que não será resolvido por meio de legislação, de valores burgueses sobre a igualdade racial, direitos civis e humanos.

Os movimentos pequeno-burgueses que insistem na particularidade do racismo (e de outras opressões) e em sua solução nos marcos do capitalismo se esfumam diante da estrutura de classe e do domínio da burguesia branca. Está mais do que provado que a tarefa de eliminação da odiosa discriminação será cumprida pela revolução socialista.

As denúncias e reivindicações contra a opressão racial obrigatoriamente devem servir para impulsionar a luta de classes do proletariado pela derrubada do poder burguês, expropriação da grande propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade social. A ditadura do proletariado sobre a burguesia derrotada dará início ao fim da exploração do trabalho e de todos os seus maléficos reflexos sociais, entre eles o racismo.

Nos Estados Unidos, as forças produtivas capitalistas ganharam

proporções inimagináveis. Foram necessárias a Guerra de Independência (1776/1783) e a Guerra de Secessão (1861/1865) para que o capitalismo tivesse se liberado das travas coloniais e do escravismo. As massas negras foram libertadas como força de trabalho escrava e transformadas em força de trabalho assalariada.

Por muito tempo, a discriminação racial foi institucionalizada. Ou seja, legislada. As Leis Jim Crow, do final do século XIX, estabeleceram um regime de segregação racial nos estados do Sul dos Estados Unidos. De fato generalizado por todo o país, teve vigência por 89 anos (1876 a 1965). A violência contra os negros assim foi amparada pelo Estado capitalista.

Em 1964, o Congresso norte-americano aprovou a Lei dos Direitos Civis, revogando as normas de segregação dos negros. Foi uma vitória relativa dos movimentos democráticos pelo fim da discriminação racial. Ocorre que o capitalismo não mais comportava travas como as que dificultavam o ingresso e desenvolvimento de uma camada de negros na classe média. O proletariado norte-americano, composto de negros e brancos, não esteve à frente da luta. A classe média determinou o curso da bandeira de “integração racial”.

A Lei dos Direitos Civis não pôs fim à discriminação e às formas de segregação, tão somente as limitou. Não poderia ter um alcance maior, uma vez que se tratava de integração racial na sociedade de classes.

É do interesse da burguesia imperialista norte-americana que a questão racial pareça equacionada. No dia-a-dia dos trabalhadores negros, no entanto, a discriminação está presente. O assassinato de Michael Brown e a proteção do Estado ao policial assassino revela a face real da opressão racial. É importante, no entanto, expor suas raízes sociais (de classe), de forma a levantar as bandeiras antirracistas vinculadas às bandeiras revolucionárias do proletariado.

74 anos do assassinato de Leon Trotsky

Viva a luta de Trotsky pela libertação da humanidade de toda forma de opressão do homem pelo homem

Publicamos abaixo um dos textos de Leon Trotsky que expressa a sua luta contra o nacionalismo de Josef Stálin e em defesa do internacionalismo marxista-leninista. Não há melhor forma de lembrar sua morte, em 20 de agosto de 1940.

Em 20 de agosto de 2014, perfazem 74 anos do seu bárbaro assassinato em Coyoacán, México. Perseguido desde o momento em que se destacou como adversário dos revisionistas do internacionalismo, em 1923, Trotsky em nenhum momento abdicou de suas posições revolucionárias e não economizou energia para defendê-las.

O trotskismo ganhou direito de existência e se projetou na história como continuidade do marxismo-leninismo precisamente porque se ergueu como Oposição de Esquerda Russa e, posteriormente, Oposição de Esquerda Internacional. Nas condições mais difíceis de exílio e isolamento, o revolucionário desenvolveu um movimento bolchevique anti-estalinista que culminou com a elaboração do Programa de Transição e fundação da IV Internacional, em 1938.

A Oposição de Esquerda Internacional se assentou inteiramente no programa dos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista. A tese trotskista de que o estalinismo

se constituiu no seio do Partido Comunista Russo e do Estado Operário como uma força contrarrevolucionária de projeção internacional foi confirmada plenamente, para a desgraça da revolução russa e da revolução mundial.

Nossa tarefa é a de trabalhar pela superação da crise de direção revolucionária. Graças à firmeza programática, ideológica e política de Trotsky, hoje, temos a nossa disposição um acúmulo de experiência que enriqueceu as heranças do marxismo. Trotsky vive como Marx, Engels, Lênin e outros revolucionários na luta de classes do proletariado mundial por sua libertação do jugo do capitalismo, da escravidão moderna e de toda forma de opressão nacional.

Esperamos que o texto abaixo publicado contribua para a construção do Partido Operário Revolucionário e da elevação da consciência socialista do proletariado.

Para onde vai a República Soviética? 25 de fevereiro de 1929

A partir da Revolução de Outubro, esta pergunta jamais saiu das colunas da imprensa mundial. Na atualidade, essa é discutida em relação a minha expulsão da URSS, considerada pelos inimigos do bol-

chevismo como um sintoma do tão esperado “desenlace”. A importância política, não pessoal, que tem minha expulsão é algo que a mim não cabe negar. No entanto, no momento, estou decididamente contra alentar conclusões a respeito de um suposto “princípio do fim”.

Não é necessário lembrar que os prognósticos históricos, diferentemente dos astrológicos, são sempre condicionais, contêm opções e alternativas. Toda pretensão de possuir poderes exatos de previsão seria ridícula, tratando-se de um embate entre forças vivas. O objetivo da previsão histórica é diferenciar entre o possível e o impossível e achar as variantes mais prováveis entre as teoricamente possíveis.

Para responder com fundamento à pergunta para onde vai a Revolução de Outubro, é necessário fazer uma análise de todas as suas forças internas e da situação mundial nas quais se desenvolve. Um estudo desse tipo preencheria um livro inteiro. Comecei a escrever esse livro em Alma-Ata. Espero terminá-lo num futuro próximo.

Aqui só posso indicar as linhas que podem orientar a procura da resposta: é certo que a União Soviética está próximo da aniquilação? Esgotaram-se seus recursos internos? Se destruída, o que viria: a democracia, a ditadura, a restauração da monarquia?

O curso do processo revolucionário é muito mais complexo do que um riacho de montanha. No entanto, em ambos os casos, o que pode parecer uma mudança contraditória de rumo é, na realidade, perfeitamente normal, isto é, se ajusta plenamente às leis naturais. Não há nenhuma razão para supor que a conformidade com tais leis é esquemática ou superficial. O ponto de partida deve ser a normalidade da natureza, tal como a determinam a massa do fluxo de água, o relevo geológico local, os ventos prevaletentes e assim sucessivamente. Em política, isso significa ser capaz de ver além dos pontos mais altos da revolução para prognosticar a possibilidade e ainda a probabilidade de que se produzam períodos imprevisíveis, às vezes prolongados, de refluxo; e significa, por outro lado, ser capaz de identificar, nos momentos de maior refluxo como, por exemplo, a contrarrevolução de Stolipin (1907-1910), [2] as premissas de uma nova alta.

As três revoluções vividas pela Rússia, no último quarto de século, constituem, na realidade, etapas da mesma revolução. Entre as duas primeiras etapas se passaram doze anos, entre a segunda e a terceira... tão somente nove meses.

Os onze anos da revolução soviética podem ser divididos, por sua vez, em uma série de etapas, duas delas mais importantes que as demais. Em grandes traços, pode-se considerar que a enfermidade de Lênin e o começo da campanha contra o “trotskismo” marcam a linha divisória entre ambas. No primeiro período, as massas desempenharam um papel decisivo. A história não conhece outra revolução que tenha mobilizado volumes tão gigantescos como a Revolução de Outubro. No entanto, ainda existem excêntricos para os quais Outubro é uma aventura. Ao raciocinar assim, denigrem o que dizem defender. Com efeito: para que serve um sistema social que pode ser desmoronado por uma “aventura”? Na realidade, o êxito da Revolução de Outubro - o fato de ter podido se manter durante os anos mais críticos perante a uma horda de inimigos - se deveu à participação ativa e à

iniciativa das massas multitudinárias da cidade e do campo. Unicamente sobre esta base foi possível improvisar o aparato de Estado e o Exército Vermelho. Essa é, em todo o caso, a principal conclusão que extraio de minha experiência neste terreno.

O segundo período, que provocou uma mudança radical na direção, caracterizou-se por uma indiscutível redução da intervenção direta das massas. O rio voltou a seu curso. Por cima das massas, o aparato administrativo centralizado se elevou cada vez mais. O Estado soviético e o exército se burocratizaram. Aumentou a distância entre a camada governante e as massas. O aparato se tornou cada vez mais autossuficiente. O funcionário do governo se convenceu cada vez mais de que a Revolução de Outubro foi realizada precisamente para colocar o poder em suas mãos e garantir-lhe uma posição privilegiada.

Creio que não é necessário dizer que estas contradições reais, vivas, que assinalamos no desenvolvimento do Estado soviético, não são argumentos que utilizamos para sustentar o “repúdio” anarquista do Estado, isto é, o “repúdio” puro e simples do Estado em geral.

Em uma importante carta sobre a degeneração do aparato estatal e do partido, meu velho amigo Rakovski demonstrou de maneira muito convincente que, depois da conquista do poder, se diferenciou no seio da classe operária uma burocracia independente, e que esta diferenciação, que a princípio foi somente funcional, assumiu logo um caráter social [3]. Naturalmente, os processos no seio da burocracia se desenvolveram concomitantemente com os processos muito profundos em curso no país. A Nova Política Econômica [4] deu lugar a que nas cidades ressurgisse ou se constituísse um amplo estrato pequeno-burguês. Reviveram as profissões liberais. No campo, o campesino rico, o kulak, levantou a cabeça. Ao se elevarem por cima das massas, amplos setores de funcionários estatais, se aproximaram dos estratos burgueses e estabeleceram vínculos familiares com eles. Cada vez mais, a burocracia chegou a considerar como interferência toda a iniciativa ou crítica das massas. Ao aparato, se tornava mais fácil pressionar as massas já que, como foi dito, o peso da reação em sua psicologia se expressava em uma indubitável redução de sua participação política. Nos últimos anos, viu-se com frequência que os burocratas ou os novos elementos proprietários gritavam peremptoriamente aos operários: “Já não estamos em 1918.” Em outras palavras, a relação de forças se modificou em detrimento do proletariado.

De acordo com estes processos se produziram mudanças internas no próprio partido dominante. Não se deve esquecer, por um só instante, que a esmagadora maioria da multitudinária militância partidária só tem uma concepção vaga do que era o partido no primeiro período da revolução e imagine então da época clandestina pré-revolucionária. Basta assinalar que entre setenta e cinco e oitenta por cento dos militantes do partido ingressaram depois de 1923. O número de militantes que começou a atuar antes da revolução não alcançava um por cento. A partir de 1923, o partido se diluiu artificialmente em uma massa de recrutas sem experiência, cujo papel é servir de instrumento dócil aos profissionais do aparato. Esta destruição do núcleo revolucionário do partido foi a premissa necessária para o triunfo do apar-

(1) “Para onde vai a República Soviética?”, Traduzido (ao inglês) para este volume (da edição norte-americana) por George Saunders.

(2) Peter Stolipin (1862-1911): reacionário política czarista, foi primeiro ministro depois da derrota da revolução de 1905. Impulsionou uma reforma agrária que tinha o objetivo de promover um novo setor de camponeses ricos.

(3) A carta de Rakovski a Valentinov, datada de 6 de agosto de 1928), foi traduzida e publicada com o título O poder e os operários russos em *The New International* (A Nova Internacional) de novembro de 1934.

(4) A Nova Política Econômica (NEP) introduziu em 1921 para substituir o comunismo de guerra, que predominou durante a Guerra Civil e levou a uma redução drástica da produção agrícola e industrial. A adoção da NEP foi uma medida circunstancial que se tomou para reviver a economia depois da Guerra Civil; se permitiu o ressurgimento limitado do livre comércio dentro da União Soviética e as concessões ao capital estrangeiro paralelas aos setores nacionalizados e estatizados da economia. Os que se beneficiaram com essa política, os nepmen, estavam considerados como uma base potencial de apoio para a restauração do capitalismo. Em 1928, o Primeiro Plano Quinquenal sucedeu à NEP e consequente coletivização forçada da terra, ainda que o regime de Stálin continuou afirmando até 1930 que a NEP estava vigente.

to sobre o “trotskismo”.

Chegado a este ponto, assinalemos que a burocratização dos aparatos partidário e governamental provocou um alto grau de corrupção e arbitrariedade. Nossos adversários se regozijam maliciosamente com isso. Atuar de outra maneira, teria sido contrário à sua natureza, mas não tentem achar a causa destes fenômenos na ausência de democracia parlamentar; não esqueçam da longa série de “Panamás” que se inicia com alguém que, ainda que não seja o primeiro, se converteu em um termo pejorativo para designar todos os fatos desse tipo, e que chega até o “Panamá” mais recente, no qual estiveram implicados a Gazeta de Paris e o ex ministro francês Klotz.[5] Se alguém nos disser que a França é uma exceção e que, por exemplo, nos Estados Unidos não existe a corrupção entre os políticos e os funcionários de governo, teríamos de fazer um grande esforço para acreditar.

Porém, voltemos ao tema. A maioria destes funcionários que se colocaram por cima das massas são profundamente conservadores. Tendem a pensar que tudo o que necessita para o bem-estar humano já está feito, e a considerar como um inimigo quem assim não reconheça. Estes elementos sentem um ódio orgânico à Oposição. Acusam-na de semear com suas críticas insatisfação entre as massas, de minar a estabilidade do regime e de ameaçar as conquistas de Outubro com o espectro da “revolução permanente”. [6] Esta camada conservadora, o esteio mais importante com que conta Stalin em sua luta contra a Oposição, tende a ir muito mais à direita – aos novos elementos proprietários – que o próprio Stálin ou o núcleo principal de sua fração. Daí a luta em curso entre Stalin e a direita, daí, também, a perspectiva de uma nova purga no partido, não só de “trotskistas”, cujas filas cresceram notavelmente depois das expulsões e deportações, mas também dos elementos mais degenerados da burocracia. Dessa maneira, a política de meias tintas de Stalin – avança em meio de série de zigzagues, e como consequência disso as duas alas do partido, esquerda e direita, se fortaleceram... à custa da fração centrista governante.

Ainda que a luta contra a direita não desapareceu da ordem do dia, Stalin considera que seu inimigo principal continua sendo, como antes, a esquerda. Já não é preciso demonstrar. A Oposição o compreendeu faz muito tempo. Nas primeiras semanas da campanha contra a direita, escrevi de Alma-Ata uma carta a meus companheiros (em 10 de novembro do ano passado) na qual dizia que o objetivo tático de Stalin era esperar o momento certo, “quando a ala direita se encontrasse o suficientemente aterrorizada para voltar suas armas

repentinamente contra a esquerda... A campanha contra a direita só serve para tomar impulso e lançar um novo ataque arrasador contra a esquerda. Quem não compreende isso, não compreendeu nada”. Este prognóstico se materializou muito mais rápida e completamente do que supúnhamos.

Quando um protagonista de uma revolução começa a renegar a mesma sem romper com a base social de apoio da revolução, se vê obrigado a qualificar sua queda como ascenso e a confundir sua mão direita com a esquerda. É precisamente por isso que os estalinistas acusam de “contrarrevolucionária” a Oposição e fazem esforços desesperados por enfiar no mesmo saco seus adversários de direita e de esquerda. Daqui em diante, a palavra “emigrado” servirá ao mesmo fim. Na realidade, hoje existem dois tipos de emigrados: um foi expulso do país pelo ascenso das massas da revolução, o outro serve de índice do êxito obtido pelas forças sociais hostis à revolução.

Quando a Oposição fala do termidor, em analogia à clássica revolução de fins do século XVIII, se refere ao perigo de que, diante dos fenômenos e tendências mencionados, a luta dos estalinistas contra a esquerda seja o ponto de partida de uma mudança oculta na natureza social do poder soviético.

O problema do termidor, que desempenhou um papel tão importante na luta entre a Oposição e a fração dominante, requer maior explicação.

O ex-presidente francês Herriot[7] opinou há pouco que o regime soviético condenou-se a si mesmo ao apoiar-se durante dez anos na violência. Em 1924, quando Herriot visitou Moscou, senão o entendi mal, tinha uma visão um pouco mais favorável dos soviets, ainda que não muito precisa. Porém, agora, cinco anos depois, considera oportuno retirar seu crédito à Revolução de Outubro. Confesso que o pensamento político deste radical não me parece muito claro. Jamais uma revolução deu a ninguém pagamentos a curto prazo. A grande Revolução Francesa não necessitou dez anos para instaurar a democracia, senão para levar o país ao bonapartismo.[8] Não obstante, é indiscutível que se os jacobinos não tivessem desfechado represálias contra os girondinos e não tivessem dado ao mundo um exemplo de como há que liquidar a velha ordem, hoje a humanidade teria uma cabeça menos elevada.[9]

Jamais ocorreu uma revolução sem deixar sua marca no destino da humanidade. Porém, por isso mesmo, nem sempre manteve as conquistas obtidas no momento de seu máximo ascenso. Depois que determinadas classes, grupos ou indivíduos fazem uma revolução,

- (5) O uso da palavra Panamás como termo pejorativo para mostrar que a corrupção começou em fins do século XIX com as operações de uma companhia francesa, a Sodedad para a Construção do Canal de Panamá. Suas atividades financeiras incluíam a liquidação dos pequenos investimentos e a compra de ministros, deputados e juizes. Depois que entrou em bancarrota, alguns especuladores norte-americanos compraram a maior parte das ações. Em 1903, Estados Unidos, como não puderam chegar a um acordo com a Colômbia, promoveram no Panamá uma “revolução”; a construção do Canal de Panamá começou em 1904 e se completou dois anos depois. No último “panamá” a que se refere Trotsky estava metido Louis Klotz, ex ministro de finanças francês, que renunciou seu cargo de senador quando foi acusado de operar com cheques falsos e realizar transações fraudulentas com o Banco da França. A senhora Hanau, proprietária da Gazeta de Paris, e seus sócios, também foram acusados de fraude.
- (6) A revolução permanente, a teoria que mais diretamente se associa com Trotsky a partir da revolução de 1905, quando defendeu pela primeira vez suas ideias sobre o papel dirigente da classe operária nos países industrialmente atrasados e subdesenvolvidos. Ainda que Lênin e os bolcheviques aceitassem as conclusões dessa teoria ao dirigir a Revolução de 1917, os estalinistas, na década de 20, quando adotaram a teoria do socialismo em um só país, centraram fogo nela. Trotsky escreveu seu trabalho A revolução permanente em Ala-Ata em 1928, e a introdução e o epílogo na Turquia, em 1929.
- (7) Edouard Herriot (1872-1957); dirigente de um partido burguês da França, o Partido Radical (o Radical-Socialista), partidário da colaboração de classes com os partidos operários. Foi primeiro de 1924 a 1925, em 1926 (por dois dias) e em 1932 (por seis meses). Trotsky escreveu um folheto sobre ele, Edouard Herriot, o político do justo meio, reproduzido em Political Portraits (Retratos Políticos), Pathfinder Press, 19176.
- (8) Bonapartismo: termo marxista que descreve um regime com determinados traços ditatoriais em uma época em que não está seguro o domínio de uma classe; se apoia na burocracia militar, policial e estatal mais que nos partidos parlamentares ou no movimento de massas. Trotsky considerava que na década de 30 se davam dois tipos de bonapartismo, o burguês ou soviético. Seus trabalhos mais extensos sobre o bonapartismo burguês (ao qual se diferencia do fascismo, ainda que ambos sirvam ao objetivo de manter o sistema capitalista) estão publicados em A Luta contra o fascismo na Alemanha. Sua análise sobre o bonapartismo soviético alcançou sua forma mais acabada no ensaio já citado Estado Operário, termidor e bonapartismo.
- (9) Jacobinos: nome com que se designava popularmente os membros da Sociedade de Amigos da Constituição, de onde saiu a direção da Revolução francês contra o feudalismo. Os jacobinos de esquerda (montanhês) estavam dirigidos por Robespierre e Marat, os de direita (girondinos) por Brissot e os centristas por Danton. Os jacobinos de esquerda se apoderaram do governo e tomaram as medidas mais radicais em 1793; foram derrotados no ano seguinte.

outros começam a aproveitá-la. Teria de ser um servil irremediável para negar a importância histórica mundial da Grande Revolução Francesa, apesar de que a reação que se seguiu foi tão profunda que conduziu o país à restauração dos Bourbons. A primeira etapa no caminho da reação foi o termidor. Os novos funcionários e proprietários queriam usufruir em paz as vantagens da revolução. Os velhos jacobinos intransigentes se levantavam como um obstáculo em seu caminho, porém os novos estratos proprietários não ousavam aparecer com sua bandeira própria. Necessitavam esconder-se por trás dos jacobinos. Durante um lapso de tempo, utilizaram alguns jacobinos de segunda ou terceira ordem. Ao nadar a favor da corrente, estes jacobinos aplainaram o caminho para Bonaparte, este, com suas baionetas e seu código legal, consolidou o novo sistema de propriedade.

Também na terra dos soviets, também se podem encontrar elementos de um processo termidoriano, ainda que, certamente, com características que lhe são próprias. Destacaram-se de maneira muito evidente nestes últimos anos. Aqueles que hoje detêm o poder desempenharam um papel absolutamente secundário nos acontecimentos críticos do primeiro período da revolução, ou foram francos adversários desta e só se uniram depois de que triunfou. Agora servem para encobrir os estratos e grupos que, ainda que sejam hostis ao socialismo, são demasiados débeis para provocar uma virada contrarrevolucionária, e assim tratam de conseguir a passagem pacífica e termidoriana, de retorno à sociedade burguesa, tratam, para utilizar as palavras de um de seus ideólogos, de “descer a ladeira com os freios puxados”.

No entanto, seria um tremendo erro considerar que todos estes processos são algo acabado. Afortunadamente para alguns e desgraçadamente para outros, essa situação ainda está muito longe. A ana-

logia histórica é um método tentador e, por isso, perigoso. Supor que existe uma lei cíclica especial das revoluções que as obriga a passar dos velhos Bourbons aos novos através de um estágio bonapartista, seria um raciocínio excessivamente superficial. O curso de qualquer revolução está determinado pela combinação específica das forças nacionais, no marco da situação internacional. Nem por isso, é menos correto que existem traços comuns a todas as revoluções, aos quais permitem a analogia, e ainda a exigem imperiosamente, se é que temos de nos basear nas lições do passado e não reiniciar a história do zero em cada nova etapa. É possível explicar, em termos sociológicos, por que existe em toda a revolução vitoriosa, digna desse nome, a *tendência* para o termidor, o bonapartismo e a restauração.

O eixo da questão reside na força de tais tendências, na forma em que se combinam, nas condições sob às quais se desenvolvem. Quando falamos da ameaça do bonapartismo, de nenhuma maneira o consideramos um desenlace inexorável, determinado por alguma lei histórica abstrata. A sorte futura da revolução estará determinada pela própria luta, de acordo como as forças vivas da sociedade a levem. Haverá, porém, fluxos e refluxos, cuja duração dependerá em grande medida da situação da Europa e do mundo inteiro. Em uma época como a nossa, pode-se considerar que uma corrente política está irremediavelmente destruída somente se se mostra incapaz de compreender as razões objetivas de sua derrota e se sente como um estilhaço impotente no meio da corrente... se é que se pode dizer que um estilhaço tem algum tipo de sensação.

(extraído da obra Escritos, Leon Trotsky, tomo I, 1929-30, vol.1, Editorial Pluma)

Enfermo, Trotsky escreveu seu testamento em 27 de fevereiro de 1940. Não seria no entanto a morte natural que apagaria a vida do revolucionário. Quatro meses depois, Trotsky sofreu um atentado na madrugada de junho de 1940. A polícia política de Stálin, a GPU, aproveitou a sombra da noite avançada para metralhar a janela e a porta do quarto de Trotsky. Não foi desta vez que o ato terrorista dos agentes estalinistas iria pôr fim a vida de Trotsky. Dois meses depois, agosto,

Ramon Mercader cumpriu a tarefa de assassinar Trotsky.

Abaixo publicamos o testamento de 27 de fevereiro de 1940

Testamento

Minha pressão arterial está alta (e que continua se elevando), engana àqueles que me rodeiam sobre meu estado de saúde real. Estou ativo e em condições de trabalhar, mas o fim está evidentemente próximo. Estas linhas serão publicadas depois da minha morte.

Não preciso mais uma vez refutar a calúnia vil de Stálin e de seus agentes: em minha honra revolucionária não há uma só mancha. Nunca fiz, direta ou indiretamente, nenhum acordo, nem negociações ocultas com os inimigos da classe operária. Milhares de adversários de Stálin foram vítimas de acusações igualmente falsas. As novas gerações revolucionárias reabilitarão sua honra política e tratarão seus verdugos do Kremlin como eles merecem.

Agradeço calorosamente aos amigos que continuaram sendo leais nas horas mais difíceis de minha vida. Não nomeio nenhum em especial, porque não os posso a todos nomear.

No entanto, acredito justificável fazer uma exceção a minha companheira, Natália Ivanovna Sedova. O destino me possibilitou, além da felicidade de ser um lutador da causa do socialismo, a felicidade de ser seu esposo. Durante os quase quarenta anos em que vivemos juntos, ela foi sempre uma fonte

inesgotável de amor, bondade e ternura. Suportou grandes sofrimentos, especialmente na última fase de nossas vidas. Mas me reconforta o fato de que também viveu dias felizes.

Fui revolucionário durante meus quarenta e três anos de minha vida consciente e durante quarenta e dois lutei sob as bandeiras do marxismo. Se tivesse que recomençar tudo de novo, procuraria, evidentemente, evitar tal ou qual erro, mas no essencial minha vida seria a mesma. Morrerei como um revolucionário proletário, um marxista, um materialista dialético e, conseqüentemente, um ateu irreduzível. Minha fé no futuro comunista da humanidade não é hoje menos ardente, é mais firme que em minha juventude.

Natascha se aproxima da janela e a abre para o pátio para que em meu quarto entre mais ar. Posso ver a luminosa franja da relva verde que se estende além do muro, acima o céu claro e azul, e o sol brilha em todos os lugares. A vida é bela. Que as futuras gerações a libertem de todo o mal, de toda opressão, de toda violência e possam gozá-la plenamente.

Leon Trotsky

Coyoacán, 27 de fevereiro de 1940.